



REUNIÃO PREPARATÓRIA DA LX REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 5 "TRANSPORTE" (SGT Nº 5)

Realizou-se nos dias 16 e 17 de setembro de 2021, no exercício da Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB), a reunião preparatória da LX Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho "Transporte" Nº 5 (SGT Nº 5), pelo sistema de videoconferência, em conformidade com o disposto na Resolução GMC Nº 19/12, com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. A delegação do Chile participou na condição de Estado Associado, de acordo com o disposto na Decisão CMC Nº 18/04 e manifestou estar de acordo com os temas tratados na ata da reunião.

O Coordenador Nacional do SGT Nº 5 do Brasil, na qualidade de Presidência *Pro Tempore*, iniciou o encontro dando as boas-vindas às delegações e colocando em consideração a agenda que foi aprovada.

A Lista de Participantes consta no **Anexo I**.

A Agenda consta do **Anexo II**.

O Resumo da Ata consta no **Anexo III**.

Durante a reunião, trataram-se os seguintes temas:

1. HARMONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE

1.1. Aperfeiçoamento da Resolução GMC Nº 34/19

A PPTB informou que o GMC aprovou a Resolução Nº 43/20, modificação da Resolução GMC Nº 34/19 "Documentos de Porte Obrigatório no Transporte Rodoviário de Passageiros e de Cargas" de acordo com a Decisão CMC Nº 20/02, art. 6, alterada em 26 de janeiro de 2021. A Resolução consta como **Anexo IV**.

As delegações informaram que continuam realizando consultas internas para incorporação à ordem jurídica de seus países.

A delegação do Paraguai informou, que a internalização por meio de uma Resolução da DINATRA, está em processo para sua assinatura.

Nesse sentido, a delegação da Argentina informou que a internalização das normas da GMC está sendo processada por meio de uma Resolução de Transporte e que os outros países serão notificados quando ela for assinada.

Com respeito aos documentos digitais, a a PPTB solicitou que comuniquem a forma mais prática e segura de fazer a autenticidade dos mesmos.

A delegação do Uruguai expressou a importância de compartilhar os meios de verificação dos documentos que já foram emitidos unicamente de forma digital, e em particular àqueles que foram informados pelo Brasil na reunião anterior, ou seja, da carteira de motorista e do documento de propriedade dos veículos para poder divulgá-los entre seu órgão fiscalizador.

A delegação do Chile comentou sobre a possibilidade de fraudes ou alterações do link, aparecendo como válido ou autêntico, devendo ser considerados os dois meios de verificação de autenticidade, tanto o código QR como aplicativo web.

1.2. Lista de passageiros web

A Delegação da Argentina reiterou o expressado na última reunião, que o seu país está usando o documento identificado como "Lista de passageiros web", contendo o Código QR. Também reafirmou a importância dos países continuarem a avançar com os processos necessários para que esta ferramenta possa ser utilizada para serviços internacionais de transporte.

A delegação do Uruguai reiterou o manifestado pelo representante da Direção Nacional de Migração na última reunião sobre a existência de um formulário web para o pré-carregamento de dados relacionados à travessia de fronteira para entrada e saída de pessoas ao país, conforme pode ser consultado nos links abaixo:

https://migracion.minterior.gub.uy/index.php?option=com_migracion&task=inicio

https://migracion.minterior.gub.uy/index.php?option=com_migracion&task=precarga

O mesmo tem como objetivo facilitar o processo de controle de imigração. Da mesma forma, informou que é interesse dos órgãos competentes nesta matéria de que possa contar com uma lista de passageiros web que esteja integrado com os dados das autorizações de transporte e que se continuará trabalhando nesse sentido.

A Delegação do Brasil manifestou seu apoio à proposta da Argentina de aplicar o Código QR na identificação dos documentos e informou que o tema está sendo tratado no âmbito da autoridade de migração e deverá ser apresentado na próxima reunião.

O tema continua em consulta interna.

1.3 Apostilamento

A PPTB referiu-se à proposta feita pela delegação da Argentina sobre a eliminação da apostila da Haia como uma exigência para dar autenticidade à assinatura do funcionário no momento da apresentação dos documentos de adequação em outro país.

Nesse sentido, a delegação argentina mencionou a necessidade de agilizar os procedimentos de emissão de licenças suplementares para empresas internacionais de transporte, para as quais a proposta feita seria muito útil. Também mencionou a necessidade de encontrar um mecanismo para reconhecer as assinaturas digitais. Acrescentou que a questão foi proposta para fazer parte da pauta da reunião da Comissão do artigo 16º da ATIT, área que consideram propícia para tratá-la.

A delegação do Paraguai informou que apresentará os ditames correspondentes na próxima reunião ordinária.

A delegação do Chile reiterou a oportunidade de discutir esse assunto no âmbito da reunião da Comissão do Art. 16 do ATIT.

A delegação do Uruguai informou que realizou as consultas correspondentes ao Ministério das Relações Exteriores e informou que sobre este assunto seria possível eliminar o procedimento de apostila para os documentos competentes. Ainda assim, para avançar nesse sentido, deverá realizar um trabalho de adaptação prévia, a fim de ter os procedimentos internos para a substituição do procedimento de legalização por um mecanismo digital, que tenha as garantias necessárias para o reconhecimento das assinaturas e autenticidade dos documentos.

As demais delegações concordaram em realizar consultas internas sobre a alteração legal e regulamentos internos de cada país que estabelecem a obrigação de apostilamento.

O tema permanece na agenda.

2. TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

2.1 Estado de situação do Projeto de Decisão sobre o Acordo para Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos no MERCOSUL após aprovação da Decisão CMC Nº 15/19

A PPTB informou sobre o estado de situação da decisão do "Acordo para a facilitação do transporte de produtos perigosos no MERCOSUL", que ainda não fora internalizado pelos países.

A delegação da Argentina informou que está em desenvolvimento e informará tão logo tenha a confirmação da internalização em seu país.

A delegação do Uruguai manifestou que está em processo de internalização do Acordo o qual será notificado aos países pelos canais correspondentes.

2.2 Requisitos para elaboração das Fichas de Emergência.

A PPTB informou que esse tema foi tratado no âmbito do GMC para alinhar as redações das duas versões e que está pendente de aprovação na próxima Reunião do GMC.

2.3 Harmonização dos Procedimentos de Controle de Transporte por Rodovia de Produtos Perigosos.

A PPTB informou que o trabalho está no âmbito do GTMP e que a última versão do Manual foi enviada pelo Brasil para ser adequada e harmonizada dentro do MERCOSUL.

As delegações apreciaram o trabalho que vem sendo realizado e que, em breve, será disponibilizado o novo documento ajustado em ambos idiomas para avançar no assunto durante a próxima reunião.

O tema continua em agenda.

2.4. Atualização da Cartilha informativa sobre transporte terrestre de Produtos Perigosos

A PPTB informou sobre a atualização da Cartilha informativa, a qual vem sendo tratada no âmbito do GTMP.

2.5. Regulamento para o controle periódico de cisternas e equipamentos de transporte a granel de mercadorias

A PPTB informou que é um tema complexo que envolve outros órgãos, como o de metrologia que normatiza os procedimentos para o regulamento dessas cisternas.

A esse respeito, a delegação da Argentina manifestou a importância de padronizar os certificados, tendo como base a Portaria INMETRO N° 91/09.

MF
A delegação do Uruguai informou sobre a norma de seu país, que está bastante alinhada com a existente no Brasil e concordou também na importância de padronização de uma norma MERCOSUL para este tema.

A delegação do Paraguai informou que possui um regulamento técnico relacionado aos caminhões cisternas e está de acordo com o pedido do Uruguai de receber o documento atualizado pelo Brasil sobre o tema para proceder aos ajustes correspondentes.

A PPTB se comprometeu a enviar as últimas portarias vigentes sobre o tema e propôs a convocação de uma reunião do GTMP para o próximo dia 21 de outubro, que foi acatada por todas as delegações.

O tema continua em agenda.

3. PESOS E DIMENSÕES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE TERRESTRE

3.1. Emprego dos pneus super largos em eixos dianteiros com suspensão pneumática em ônibus.

A delegação do Brasil informou que o tema de pneus super largos em eixos dianteiros com suspensão pneumática em caminhões está em fase de regulamentação, no âmbito da Secretaria Nacional de Trânsito. Quanto à utilização em ônibus, já existe normativo que autoriza, conforme Lei 13.281/16.

A delegação da Argentina informou que esses pneus vêm sendo utilizados e aprovados para a circulação, mediante acordos bilaterais entre os países.

A delegação do Paraguai informou que o Ministério de Obras Públicas de seu país continua realizando consultas internas com os organismos técnicos e que foi solicitada em caráter experimental a possibilidade de prorrogação para sua habilitação.

A delegação do Uruguai expressou que sua posição a respeito é favorável, regulamentada por meio da Resolução da Direção Nacional de Transporte Nº 42/2021 que consta como **Anexo V**.

O tema continua em agenda.

3.2. Estabelecimento de tolerâncias na medição de peso por eixo e peso bruto total nos veículos de Transporte por Rodovia.

A PPTB manifestou a importância de que cada país aplique suas sanções de acordo com a legislação nacional correspondente, dado que este tema foi retirado do Segundo Protocolo Adicional sobre infrações e sanções do Art. 16 do Acordo de Alcance Parcial sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT).

A delegação do Brasil se comprometeu a apresentar uma tabela atualizada na próxima reunião. Para tanto, reiterou às delegações o encaminhamento de eventuais correções ou complementos de suas respectivas tabelas.

A delegação da Argentina informou que foi enviada a tabela correspondente e que também foi emitida uma nova resolução pela "Dirección Nacional de Vialidad" (DNV), datada de 25 de julho de 2019, que aprova o protocolo de procedimento para a constatação de excessos de pesos, dimensões e potência, fixando a graduação das multas. A Resolução DNV N.º 1421/19 consta no **Anexo VI**.

A delegação do Paraguai manifestou estar de acordo em aplicar ao transporte internacional de cargas e passageiros, nos casos de excesso de peso, o regime nacional de sanções, considerando como limites máximos os acordados no MERCOSUL.

A delegação do Uruguai informou que está de acordo em aplicar ao transporte internacional de cargas e passageiros, em casos de excesso de peso, o regime nacional de sanções, considerando como limites máximos aqueles acordados

MF

no MERCOSUL. Foram enviados os limites estabelecidos de acordo com o Decreto nº 311/007 e Resolução do Diretório Nacional de Transportes nº 42/2021.

3.3. Ônibus MERCOSUL

As delegações da Argentina, do Brasil e do Paraguai ratificaram que é possível transitar em seus países com veículos denominados "Ônibus MERCOSUL", com duplo eixo direcional dianteiro, *double decker*, com comprimento de 15 metros e aguardam a decisão do Uruguai para trabalhar em uma normativa comum.

A PPTB informou que o tema foi enviado ao SGT N° 3 pela PPTA para análise sobre o uso desses veículos, conforme nota constante do **Anexo VII**.

A delegação do Uruguai reiterou os comentários apresentados, a conclusão do estudo realizado e informou a existência de uma norma que está sendo analisada pelas autoridades correspondentes do seu país.

3.4. Certificado de Inspeção Técnica Veicular (CITV) para veículos Especiais

Sobre esse tema, a delegação do Brasil reiterou a dificuldade de se obter o CITV para esse tipo de veículo, visto que as oficinas não estão adaptadas para realizar inspeção para essa categoria de veículos, devido a suas dimensões. Conforme já consensuado em reuniões anteriores, o CITV poderá ser substituído por um laudo técnico outorgado por uma oficina ou perito credenciados.

A Delegação da Argentina manifestou que, por se tratar de veículos especiais, necessitam de uma autorização de circulação concedida pela DNV e, entre outros requisitos, solicitou a certificação técnica veicular emitida por um organismo competente ou um engenheiro habilitado na matéria.

A Delegação do Paraguai concordou com a necessidade de analisar cada caso para evitar problemas posteriores. Informou que foram solicitados os respectivos relatórios para cada caso dos veículos especiais com a normativa dos países.

MF
A Delegação do Uruguai manifestou que o transporte internacional de cargas que requeira a utilização de veículos especiais, pelos seus pesos e dimensões, é menos frequente que o transporte de cargas convencionais. Concordou ainda que, por suas características técnicas, alguns tipos de veículos especiais não podem ser inspecionados nas linhas de controle das oficinas de inspeção técnica veicular. No entanto, entende que existe a necessidade de garantir a segurança na circulação desse tipo de veículo. Nesse sentido, solicitou conhecer os critérios aplicados pelos outros países para inspecionar e registrar as dimensões dos veículos com largura e comprimento extensíveis.

As delegações concordaram em exigir, além dos documentos obrigatórios requeridos em toda operação de transporte internacional de cargas por rodovias, um laudo técnico, atestado por oficina ou perito credenciado que

comprove, de acordo com a norma de cada Estado Parte, que os veículos especiais sejam avaliados e estejam em condições de transportar de maneira segura as cargas especiais.

3.5. Acoplados de quatro eixos

A PPTB mencionou que a delegação da Argentina, durante sua Presidência *Pro Tempore*, afirmou que, atualmente, a configuração de caminhão acoplado de quatro eixos com 45 (quarenta e cinco) toneladas de peso bruto total combinado não foi harmonizada no âmbito do MERCOSUL.

Ressaltou que, em seu país, por meio do Decreto nº 32/18, a configuração de acoplado de quatro eixos foi incorporada e, atualmente, mantém um acordo bilateral com o Brasil e o Uruguai, para a sua circulação.

Na prática, acrescentou que as configurações de acoplado de quatro eixos, iguais à carga transportada, proporcionam menos danos ao pavimento devido a uma melhor distribuição de pesos nos eixos.

Nesse sentido, a delegação do Uruguai reiterou que está em vigor a Resolução da Direção Nacional dos Transportes nº 41/2021.

O tema continua em agenda.

4. TEMAS DERIVADOS DO SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 3 - "REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE" - COMISSÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

4.1. Limitadores de Velocidade

Os Coordenadores Nacionais seguem acompanhando as discussões desse tema no âmbito do SGT Nº 3.

5. INTEGRAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGA

5.1. Informação do estado de situação do projeto

MF A PPTB informou sobre a situação do Projeto que sofreu dificuldades devido à crise de saúde e mudanças na sua plataforma, em relação à transmissão de informações de transporte de passageiros e cargas.

Nesse sentido, afirmou sobre as dificuldades na troca de informações com os seus pares, lembrou o acordado durante a última reunião realizada, bem como o cronograma apresentado e aprovado.

Sobre o tema, destacou a importância em dar continuidade aos testes ainda neste ano e às etapas subsequentes do projeto na área de Integração das Informações de Transporte de Passageiros e Cargas.

As delegações da Argentina e do Uruguai reiteraram que, dada a crise sanitária na região, ficaram impossibilitadas algumas das atividades previstas, destacando a importância e os objetivos mencionados no cronograma. Assim mesmo manifestaram que os pontos focais já foram informados e estão disponíveis para coordenação da próxima reunião da Comissão.

A delegação do Chile manifestou a importância de manter os contatos atualizados e mecanismos de comunicação mais ágil e eficiente. Para tanto, a PPTB agendou uma reunião do grupo de Integração das Informações de Transporte de Passageiros e Cargas para o dia 22 de outubro e solicitou a atualização dos pontos focais correspondentes e seus contatos.

As delegações concordaram com a proposta de reunião, reiteraram e atualizaram seus respectivos pontos focais:

Argentina: Juan José Amoros (jamoros@cnrt.gob.ar)

Brasil: Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira (sutec@antt.gov.br)
Cristiane Lustosa Guimarães França (gesig@antt.gov.br)
André Dulce Gonçalves Maia (andre.maia@antt.gov.br)
Henrique de Amorim Leite (henrique.leite@antt.gov.br)

Paraguay: Víctor Macchi (vmacchi@dinatran.gov.py)

Uruguay: Gerardo Ciganda (gerardo.ciganda@mtop.gub.uy)
Fernando Perez (fernando.perezotero@mtop.gub.uy)
Jorge Rosas (jorge.rosas@mtop.gub.uy)

5.2. Criação de um sítio web do SGT Nº 5

A PPTB mencionou que o tema sobre a necessidade de ter uma página web com os dados atualizados para consulta foi solicitado pela delegação do Paraguai. A delegação do Paraguai informou que o trabalho vem sendo discutido e que eles esperam apresentar uma proposta durante a próxima PPT.

O tema continua em agenda.

6. IDENTIFICAÇÃO ELETRÔNICA DE VEÍCULOS- RFID.

A PPTB solicitou a necessidade de obter o nome dos pontos focais para poder avançar no contexto das discussões sobre identificação eletrônica de veículos que venha a ser adotada. Solicitou ainda que, no exercício desta Presidência, tais informações sejam encaminhadas.

Este tema continua em agenda.

7. SEGUROS NO ÂMBITO DO MERCOSUL

7.1. Seguro para motoristas em viagem internacionais

A delegação do Brasil reiterou sua preocupação com a assistência à saúde e pediu a outras delegações as contribuições para alcançar um melhor resultado,

considerando sistemas complementares de saúde. Disse ainda que o Sistema Único de Saúde (SUS), que é um sistema universal que oferece cobertura aos motoristas, independentemente de sua nacionalidade.

A representante da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) respondeu aos questionamentos da delegação do Chile sobre a cobertura dos seguros.

A delegação da Argentina informou que no seu país a cobertura fornecida tanto a nacionais quanto a estrangeiros é pela saúde pública. Acrescentou ainda que os choferes argentinos com diagnóstico positivo têm cobertura de saúde tanto a nível nacional como internacional, fornecida pelas Seguradoras de Risco do Trabalho (ART), de acordo com as disposições da Superintendência de Riscos do Trabalho (SRT) como autoridade de execução.

As demais delegações agradeceram e se comprometeram a continuar discutindo sobre o tipo de seguro viagem e as diferentes coberturas.

O tema continua na agenda.

8. OUTROS ASSUNTOS

8.1. Operador Logístico/Operador Econômico Autorizado (OEA)

A delegação do Brasil informou que conta com 581 certificados emitidos de OEAs, sendo desse total, 59 de transportadores. Na oportunidade, o representante da Aduana brasileira realizou uma apresentação do estudo de tempos TRS-*Time Release Study*, ferramenta desenvolvida pela Organização Mundial de Aduana (OMA). (Anexo VIII)

As delegações agradeceram e intercambiaram opiniões com respeito à apresentação e as boas práticas detalhadas no estudo.

As delegações da Argentina e do Chile informaram que ainda não contam com Operadores Econômicos Autorizados (OEA).

A delegação do Paraguai informou sobre a implementação de OEA desde 2018 e que conta com 2 empresas credenciadas.

A Delegação do Uruguai informou que, de acordo com informações fornecidas pelo Departamento de Qualidade e Certificações da Direção Nacional de Aduanas, não houve mudanças substanciais em relação ao que foi relatado em

reuniões anteriores e que até o momento existem 9 empresas de transporte uruguaias certificadas como Operadores Econômicos Qualificados.

8.2 Sistema de carga em Veículos Elétricos.

A delegação brasileira por meio do representante da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) expôs os detalhes do Projeto Eletrovia MERCOSUL desenvolvido pela Comissão de Integração Energética Regional (CIER) COPEL e realizou uma apresentação sobre a Mobilidade Elétrica e os tipos de estações de recarga. A apresentação consta como **Anexo IX**.

A delegação do Paraguai discorreu sobre a automatização de sistemas elétricos SMART GRID relacionada à mobilidade elétrica do seu país.

As delegações agradeceram a apresentação detalhada realizada pelo representante da COPEL e os comentários realizados pelo delegado do Paraguai.

O tema segue em agenda.

8.3 Licenças de conduzir (Carteira Nacional de Habilitação)

A delegação do Brasil informou sobre a necessidade que se conheça as categorias da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), divididas de acordo com o tipo de veículo que pode ser dirigido, nos distintos países.

A PPTB comprometeu-se a preparar um quadro comparativo de todas as carteiras de habilitação válidas no MERCOSUL para ser apresentada na reunião plenária uma vez recebida as informações de cada país.

Sobre a Licença de Conduzir em formato digital, a PPTB registrou o encaminhamento do Ofício SEI 20674/2021/ASINT/DIR-ANTT aos Senhores Coordenadores, contendo os procedimentos necessários para verificação de autenticidade da Licença de Conduzir e demais documentos digitais. Enfatizou, ainda, estar à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

8.4 Proposta de criação da Comissão de "Segurança de Transportes"

MF
A delegação do Brasil, com vistas a colher elementos para subsidiar a proposta em epígrafe, por meio de representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizou apresentação sobre sua atuação no combate aos delitos de carga. Foi ressaltada a capacidade de articulação da PRF e seu monitoramento constante nas rodovias. A apresentação consta como **Anexo X**.

A PRF se colocou à disposição dos distintos Estados Partes para qualquer consulta ou informações com relação à segurança na atuação do transporte de carga.

A delegação do Uruguai compartilhou a sugestão da delegação argentina de ter uma descrição mais detalhada do escopo dos temas que seriam tratados se

a referida Comissão fosse criada, reiterando a preocupação expressada em reuniões anteriores sobre a amplitude do tema, que estaria abrangendo questões que estavam fora da competência do Ministério de Transportes

O tema continua em agenda.

8.5 CITV

O SGT Nº 5 tomou nota da aprovação da Resolução GMC Nº 22/21 "Inspeção Técnica Veicular (Modificação da Resolução GMC Nº 75/97)", apresentada na LV Reunião Extraordinária do GMC sobre a não obrigatoriedade do CITV para veículos com menos de um ano de fabricação.

8.6. Estrutura do SGT Nº 5

Conforme o estabelecido no seu Art. 3º da Decisão CMC Nº 19/19, o SGT Nº 5 "Transporte" informa ao GMC sua estrutura interna:

- **Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo do MERCOSUL (CETM) (SGT Nº 5, Ata 02/1995) Nota: Resolução GMC Nº 051/1992**
- **Comissão de Transporte Ferroviário (CTF) (SGT Nº 5, Ata 02/1995)**
- **Grupo de Trabalho sobre Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas no MERCOSUL (GTMP) (SGT Nº 5, Ata 02/1995)**
- **Comissão de Harmonização de Procedimentos de Fiscalização do Transporte Internacional por Rodovia (CF) (SGT Nº 5, Ata 01/2014)**
- **Comissão de Integração das Informações de Transportes de Passageiros e Cargas – Sistematização de Dados (CIIT) (SGT Nº 5, Ata 01/2010)**

O tema será tratado na próxima reunião ordinária do Subgrupo.

8.7. Programa de Trabalho 2021-2022

O SGT Nº 5 tomou nota do Programa de Trabalho considerado na LV Reunião Extraordinária do GMC, Ata 03/21.

Nesse sentido, o SGT acordou preparar para aprovação do Plenário na sua próxima reunião, o Grau de Avanço Semestral do Programa de Trabalho tendo como base o PT tratado no GMC. (Anexo XI)

9. Impacto da COVID-19

As delegações intercambiaram informações sobre o impacto da COVID-19 no transporte de cargas e de passageiros, por rodovia.

A delegação do Uruguai afirmou que as regulamentações relatadas em reuniões anteriores relacionadas a medidas sanitárias e restritivas dada a situação de emergência sanitária permanecem em vigor e que o transporte internacional de passageiros continua suspenso. Até o momento, não foi proposto um cronograma para a retomada dos Serviços ou possíveis

protocolos sanitários do Governo Nacional ou das autoridades sanitárias. Da mesma forma, informou da Resolução nº 53/2021 do Congresso de Intendentes, de 30 de agosto de 2021, que amplia a validade das carteiras de habilitação que foram incluídas no processo de Emergência Sanitária com vencimentos em 30/06/2020, até 30/06/2022 para todas as categorias de veículos emitidas.

Em relação à troca de informações realizada na reunião sobre os níveis de vacinação contra Covid-19, no Uruguai foi relatado que até o momento 76,64% da população já está vacinada com a primeira dose, 72,16% com a segunda dose e 20,36% com a terceira dose.

Nesse sentido, as normativas correspondentes ao Impacto da COVID-19, no transporte de cargas e passageiros por rodovia constam no **Anexo XII**.

Dessa forma, a delegação do Brasil reiterou que, em relação ao impacto da COVID-19 no transporte de cargas e passageiros rodoviários, algumas medidas foram adotadas para flexibilizar certos requisitos e os prazos de validade de diversos documentos foram prorrogados, incluindo a validade das licenças originárias e complementares. Em termos de transporte internacional de passageiros, todos os serviços estão suspensos, conforme Resolução ANTT 5875/2020 e o disposto na Portaria Nº 655 da Casa Civil da Presidência, que restringe a entrada de todos os estrangeiros por via terrestre, com exceção da fronteira Brasil-Paraguai.

A delegação argentina manifestou que o transporte internacional de passageiros continua suspenso dado que as fronteiras estão fechadas, e que ainda não há data prevista para a retomada da atividade.

Quanto ao transporte de carga, este foi isento das proibições de circulação, pois foi declarado essencial pela DNU nº 274/20. A atividade vem sendo desenvolvida, seguindo determinados protocolos e o estabelecimento de corredores seguros, com a Resolução nº 4/2020 e sua respectiva adenda em vigor. Reiterou-se a existência da declaração juramentada de saúde como requisito migratório para entrada e saída ao país (Disposição DNM nº 3025/2020). Recordou que, conforme informado, pela Decisão Administrativa nº 793/2021, portadores e tripulantes que entram por terra, tanto estrangeiros quanto nacionais, devem anexar à declaração, o resultado negativo do teste PCR em tempo real ou para SARS-Cov-2, que terá uma vigência de sete (7) dias de realizado, até 1º de outubro de 2021.

Com relação às carteiras de motorista, acrescentou que foram prorrogadas até 1/10 pela Disposición ANSV Nº 390/2021

10. Levantamento dos procedimentos para complementação de licenças e modificação de frotas

A PPTB apresentou uma proposta sobre os procedimentos para a complementação de licenças e modificação de frotas.

Nesse sentido, o representante da ANTT detalhou os procedimentos e o impacto no tempo necessário e os respectivos custos na emissão dos documentos. Comprometeu-se a apresentar na próxima reunião ordinária, os impactos detectados pelos transportadores, os procedimentos exigidos aos transportadores estrangeiros e a importância de uma maior integração, com base em um levantamento dos procedimentos nos países da região.

As delegações agradeceram a inclusão no temário e acordaram enviar à PPTB todos os procedimentos, custos, licenças e modificação de frotas, com vistas a preparar um quadro unificado com a informação dos Estados Partes.

11. CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRIVADO

A Secretaria do MERCOSUL (SM) informou que, de acordo com a Resolução GMC Nº 03/20 "Registro de comentários do Setor Privado em reuniões do MERCOSUL", os comentários do setor privado devem ser registrados utilizando o formulário que consta em anexo à presente resolução. O mencionado formulário será incluído como anexo da Ajuda Memória.

O SGT Nº 5 recebeu o representante do setor privado, que apresentou o estado atual do setor, assim como uma Ajuda Memória assinada pelo Conselho de Transporte Rodoviário de Cargas do MERCOSUL – Bolívia e Chile (CONDESUL) e o formulário correspondente, os quais constam no Anexo XIII.

As delegações agradeceram os comentários realizados e tomaram nota das disposições solicitadas, medidas essas que vêm impedindo a livre circulação do setor de transporte.

AGRADECIMENTO

As delegações agradeceram à PPTB, aos funcionários da ANTT bem como à Secretaria do MERCOSUL pelo apoio oferecido.

PRÓXIMA REUNIÃO


A PPTB acordou realizar a reunião plenária do SGT Nº 5 no dia 23 e 24 de novembro de 2021.

ANEXOS

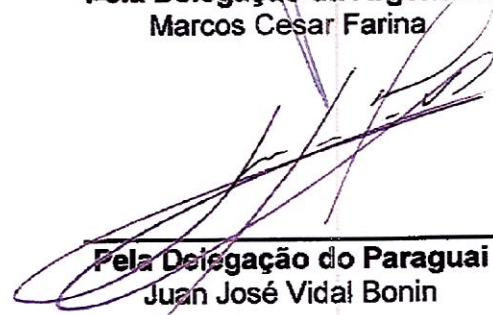
Os Anexos que fazem parte da Ata são os seguintes:

Anexo I	Lista de participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Resumo da Ata
Anexo IV	Resolução Nº 43/20 Modificação da Resolução GMC Nº 34/19

	"Documentos de Porte Obrigatório no Transporte Rodoviária de Passageiros e de Cargas "
Anexo V	Resolução da Direção Nacional de Transporte N° 42/2021
Anexo VI	Resolução DNV N.º 1421/19
Anexo VII	Resposta da consulta ao SGT N° 3
Anexo VIII	Apresentação do estudo de tempos da OMA
Anexo IX	Apresentação da COPEL
Anexo X	Apresentação- PRF-"Segurança de Transporte"
Anexo XI	Programa de Trabalho 2021-2022
Anexo XII	Impacto da COVID-19
Anexo XIII	Contribuição do Setor Privado


Pela Delegação da Argentina
 Marcos Cesar Farina


Pela Delegação do Brasil
 Noboru Ofugi


Pela Delegação do Paraguai
 Juan José Vidal Bonin


Pela Delegação do Uruguai
 Carlos Flores

**REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA DA
LX REUNIÓN ORDINÁRIA DOSGT Nº 5 “TRANSPORTE”**

ATA Nº 03/21

Videoconferência, 16 e 17 de setembro de 2021

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES

DELEGAÇÃO DA ARGENTINA

NOME	ÓRGÃO	E-MAIL
Mariela Mariano	SSTA - Ministerio de Transporte	mmariano@transporte.gob.ar
Guadalupe Menga	SSTA - Ministerio de Transporte	gmenga@transporte.gob.ar
María Mercedes Cantero	SSTA - Ministerio de Transporte	mcantero@transporte.gob.ar
Viviana Pszeniczny	SSTA - Ministerio de Transporte	vpszeniczny@transporte.gob.ar
Santiago Ricca	SSTA - Ministerio de Transporte	srcicca@transporte.gob.ar
Jorge Zarbo	Director de Gestión de Permisos de Transporte Automotor de Cargas	izarbo@transporte.gob.ar
Orlando Grasseti	CNTySV - SSTA - Ministerio de Transporte	ograsseti@transporte.gob.ar
Hernan Corna	CNTySV - SSTA - Ministerio de Transporte	hcorna@transporte.gob.ar
Anabella Burgos	Directora de Gestión de Permisos de Transporte Automotor de Pasajeros	aburgos@transporte.gob.ar
Antonella Barutta	SSTA – Ministerio de Transporte	abarutta@transporte.gob.ar
Victoria Gazze	Institucionales	vgazze@transporte.gob.ar
Francisca Vila	Institucionales	franciscaemiliavila@gmail.com
Leopoldo Garade	Ministerio Relaciones Exteriores	ljg@mrecic.gov.ar
Juan Amoros	Comisión Nacional de Regulación del Transporte	jamoros@cnrt.gob.ar
Romina Saidman	Comisión Nacional de Regulación del Transporte	rsaidman@cnrt.gob.ar
Fernando Alvarez	Comisión Nacional de Regulación del Transporte	falvarez@cnrt.gob.ar

Diego Gonzalez	Cancilleria	zdz@mrecic.gov.ar
----------------	-------------	--

DELEGAÇÃO DO BRASIL

NOME	ÓRGÃO	E-MAIL
Noboru Ofugi	ANTT	noboru.ofugi@antt.gov.br
Marcos Antônio Lima das Neves	ANTT	marcos.neves@antt.gov.br
Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira	ANTT	alexandre.oliveira@antt.gov.br
Cristiano Della Giustina	ANTT	cristiano.giustina@antt.gov.br
José Aires Amaral Filho	ANTT	jose-aa.filho@antt.gov.br
Marcelo Gomes da Silva	ANTT	marcelo.gomes@antt.gov.br
Marina Soares Almeida	ANTT	marina.almeida@antt.gov.br
André Dulce Gonçalves Maia	ANTT	andre.maia@antt.gov.br
Sandro Vieira da Rosa	ANTT	sandro.rosa@antt.gov.br
Henrique de Amorim Leite	ANTT	henrique.leite@antt.gov.br
Sheila Giovana Morais Rocha	ANTT	sheila.rocha@antt.gov.br
Wilbert Ribeiro Junquillo	ANTT	wilbert.junquillo@antt.gov.br
Tatiana Furtado Alvim de	ANTT	tatiana.alvim@antt.gov.br
Rodrigo Lucius de Amorim	ANTT	rodrigo.amorim@antt.gov.br
Edison Introvini	Receita Federal	edison.introvini@rfb.gov.br
Alexandre de Paula Oliveira	Itamaraty	alexandre.depaula@itamaraty.gov.br
Rosana Silva	SUSEP	rosana.silva@susep.gov.br
Alexandre Zambrano	Receita Federal Brasileira	alexandre.zambrano@rfb.gob.br
Rodrigo Braun	COPEL	Rodrigo.braun@copel.com
Anderson Schmitz	PRF	anderson.schmitz@prf.gov.br
Leize Athayde Braga	ANTT	leize.braga@antt.gov.br

DELEGAÇÃO DO PARAGUAI

NOME	ÓRGÃO	E-MAIL
Juan José María Vidal Bonin	Dirección Nacional de Transporte – DINATRAN –	jjvidal@dinatran.gov.py
Juan Ramón Velázquez Vera	Dirección Nacional de Transporte – DINATRAN	jvelzquez@dinatran.gov.py
Marcos Alejandro Gamarra Insfrán	Dirección Nacional de Transporte – DINATRAN	mgamarra@dinatran.gov.py
Christian Monges -	Dirección Nacional de Transporte – DINATRAN	cmonges@dinatran.gov.py
Roberto Pauly -	Ministerio de Relaciones Exteriores –	rpaully@mre.gov.py

Montserrat Samaniego	Ministerio de Relaciones Exteriores –	msamaniego@mre.gov.py
Silvia Ozuna	Viceministerio de Transporte – MOPC	silviaozuna2016@gmail.com
Jorge Martínez	Viceministerio de Transporte – MOPC	Jorge.adriano.martinez@gmail.com
Luis Escobar	Agencia Nacional de Transito y Seguridad Vial – ANTSV	luisescobar@antsv.gov.py
Diego Moran -	Agencia Nacional de Transito y Seguridad Vial – ANTSV	diegomoran@antsv.gov.py
Francisco López	Ministerio de Salud Publica y Bienestar Social – MSPBS	francgolpe@gmail.com
Rafael Orrego	Dirección General de Migraciones – DGM	Rafaelorrego.migraciones@gmail.com
Victor Ortega	Dirección General de Marina Mercante - MOPC	vhortegaoviedo@gmail.com
Carlos Salcedo	Dirección Nacional de Aduanas	csalcedo@aduanas.gov.py
Jhancy Sanabria	Administración Nacional de Navegación y Puertos	jhancysanabria@gmail.com
Jose Maciel	Administración Nacional de Navegación y Puertos	jmaci210@gmail.com
Jorge Parra	Instituto Nacional de Tecnología, Normalización y Metrología	jparra@intn.gov.py
Maria Lourdes Valenzuela	Instituto Nacional de Tecnología, Normalización y Metrología	mvalenzuela@intn.gov.py
Ramón Zarza	Instituto Nacional de Tecnología, Normalización y Metrología	jzarza@intn.gov.py

DELEGAÇÃO DO URUGUAI

NOME	ÓRGÃO	E-MAIL
Carlos Flores	MTOP - DNT	carlos.flores@mtop.gub.uy
Nicolás Van Der Maesen	MTOP-DNT	nicolas.vandermaesen@mtop.gub.uy
Maximiliano Da Costa	MTOP-DNT	maximiliano.dacosta@mtop.gub.uy
Fernanda Ouviaña	MTOP-DNT	maria.ouvina@mtop.gub.uy
Liliana Dearmas	MTOP-DNT	liliana.dearma@mtop.gub.uy
Jorge Rosas	MTOP - DNT	jorge.rosas@mtop.gub.uy
Laura Dighiero	Dirección Nacional de Aduanas	
Santiago Montalbán	Ministerio de Relaciones Exteriores	
Duncan Bell	Esp. en Transporte Proyecto MOVES para MIEM	

DELEGAÇÃO DO CHILE

NOME	ÓRGÃO	E-MAIL
Pablo Ortiz	Subsecretaría de Transporte / Jefe de Dpto. de Asuntos Internacionales	pablo.ortiz@mtt.gob.cl
Alejandro Dorna	Subsecretaría de Transporte / Jefe de Dpto. de Asuntos Internacionales	

SETOR PRIVADO

SETOR PRIVADO DA ARGENTINA

NOME	ORGANISMO	E-MAIL
Silvia Sudol	ATACI	ataci@ataci.org.ar sudols@fibertel.com.ar
Esteban Canteros	ATACI	ataci@ataci.org.ar
Ricardo Gómez	CELADI	celadi@celadi.org.ar
Flavio Nicolino	Crucero del Norte	flavio.nicolino@cruceodelnorte.com.ar
Graciela Alonso	Expreso Río Paraná	gealonso@fibertel.com.ar
Guillermo Canievsky	FADEEAC	guillermocanievsky@gmail.com
Rubén Ruocco	FADEEAC	internacional@fadeeac.org.ar
Hernán Touriño	FADEEAC / CARAT	hernan.cargas@yahoo.com.ar
Jorge Debarbora	AAETA	jdebarbora@elpulquisrl.com.ar
Fernando Boulin	AAETA	fernandoboulin@andesmar.com.ar

SETOR PRIVADO DO BRASIL

NOME	ORGANISMO	E-MAIL
Danilo Guedes ABC Cargas	NTC	danilo.guedes@abccargas.com
Gladys Vinci	ABTI	internacional@abti.org.br
José Carlos de Almeida	FENSEG	almeidajc1953@gmail.com

SETOR PRIVADO DO PARAGUAI

NOME	ORGANISMO	E-MAIL
------	-----------	--------

Ricardo Svec	Vicepresidente Gremio CAPATIT	
Humberto Rodas	Cámara Paraguaya de Transporte Internacional Terrestre – CAPATIT-AGETRAPAR.	humbertorodas1766@gmail.com
Soledad Amarilla	Cámara Paraguaya de Transporte Internacional Terrestre - CAPATIT	
Luis Zuccolillo	AGETRAPAR	
Sofía Gamarra.	AGETRAPAR	

SETOR PRIVADO DO URUGUAI

NOME	ORGANISMO	E-MAIL
Gastón Landa	CATIDU	gerencia@catidu.com.uy
Gerardo Ciganda	Gerente Área Gobierno Electrónico - MTOP	gerardo.ciganda@mtop.gub.uy
Fernando Pérez Otero	Área Gobierno Electrónico	fernando.perezotero@mtop.gub.uy
Jorge Rosas	Director de División Cargas - DNT	jorge.rosas@mtop.gub.uy
José Luis Goñi	Circulo del Transporte Internacional en el Uruguay	circulo@circulo.com.uy
Nicanor Comas	COMAS	info@comas.com.uy

LX REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA do
Subgrupo de Trabalho N° 5 “Transporte” do MERCOSUL
16 e 17 de setembro de 2021 (videoconferência)

Temário

- 1 Harmonização dos Procedimentos de Fiscalização de Transporte Rodoviário Internacional
 - 1.1 Aperfeiçoamento da Resolução GMC N° 34/19
 - 1.2 Lista de Passageiros Web
 - 1.3 Apostilamento
- 2 Transporte de Produtos Perigosos
 - 2.1 Estado da situação da internalização do Acordo para Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos após aprovação da Decisão CMC N° 15/19.
 - 2.2 Requisitos para elaboração das Fichas de Emergência
 - 2.3 Harmonização dos Procedimentos de Fiscalização do transporte por Rodovia de Produtos Perigosos
 - 2.4 Atualização da Cartilha informativa sobre transporte terrestre de Produtos Perigosos
 - 2.5 Regulamento para o controle periódico de cisternas e equipamento de transporte a granel de mercadorias.
- 3 Pesos e Dimensões de veículos de transporte terrestre
 - 3.1 Emprego de pneus super largos em eixo dianteiro com suspensão pneumática em ônibus
 - 3.2 Estabelecimento de tolerâncias nas medições de peso por eixo e peso bruto total nos veículos de transporte por rodovia.
 - 3.3 Ônibus MERCOSUL
 - 3.4 CITV para veículos especiais
 - 3.5 Acoplados de quatro eixos
4. Temas derivados do Subgrupo de Trabalho N° 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” – Comissão da Indústria Automotiva
 - 4.1 Limitadores de Velocidade
- 5 Integração da Informação de transporte de passageiros e carga
 - 5.1 Informação do estado de situação do projeto
 - 5.2 Criação de um sítio web do SGT N° 5 (Proposta do Paraguai)

- 6 Identificação Eletrônica de Veículos – RFID
- 7 Seguros no âmbito do MERCOSUL
 - 7.1 Seguro para motoristas em viagens internacionais (Proposta do Brasil)
- 8 Outros Assuntos
 - 8.1 Operador Econômico Autorizado (OEA)
 - 8.2 Sistema de carga de veículos elétricos
 - 8.3 Licenças de conduzir
 - 8.4 Proposta de criação da Comissão de “Segurança de Transporte” (Proposta do Brasil)
 - 8.5 Não obrigatoriedade de CITV para veículos com até um ano de fabricação (Proposta do Brasil)
 - 8.6 Estrutura do SGT nº 5
 - 8.7 Programa de Trabalho 2021 – 2022
- 9 Impacto do COVID-19 no Transporte de Carga e Passageiros, por rodovia
- 10 Levantamento dos procedimentos para complementação de licenças e modificação de frotas (Proposta do Brasil)
- 11 Contribuição do Setor Privado

ANEXO III

REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA DA LX REUNIÓN ORDINÁRIA DOSGT Nº 5 “TRANSPORTE”

ATA Nº 03/21

Videoconferência, 16 e 17 de setembro de 2021

RESUMO DA ATA

I- BREVE INDICAÇÃO DOS TEMAS TRATADOS

Foram tratados todos os temas da Agenda, que consta no Anexo II da Ata Nº 03/21.

II- PROJETOS DE RESOLUÇÃO ELEVADOS AO GMC

Não foram elevados

III- DOCUMENTOS ELEVADOS A CONSIDERAÇÃO DO GMC

Não houve

IV- SOLICITAÇÕES

Não houve



MERCOSUR/GMC/RES. N° 43/20

**MODIFICACIÓN DE LA RESOLUCIÓN GMC N° 34/19
“DOCUMENTOS DE PORTE OBLIGATORIO EN EL TRANSPORTE DE
PASAJEROS Y DE CARGAS POR CARRETERA”**

VISTO: El Tratado de Asunción, el Protocolo de Ouro Preto y la Resolución GMC N° 34/19 del Grupo Mercado Común.

CONSIDERANDO:

Que, a efectos de agilizar y ofrecer mayores garantías en los procedimientos de fiscalización, los Estados Partes se encuentran avanzando en la utilización de medios electrónicos para la prueba de los requisitos exigidos para la realización de los servicios de transporte internacional de pasajeros y de carga por carretera, a los que refieren los documentos de porte obligatorio previstos en la Resolución GMC N° 34/19.

Que es conveniente establecer, en forma expresa en la referida Resolución, la posibilidad de emplear dichas modalidades en los casos en los que sean aplicables, siempre que otorguen las garantías necesarias y en la medida en que los Estados Partes involucrados se encuentren en condiciones de implementarlas.

**EL GRUPO MERCADO COMÚN
RESUELVE:**

Art. 1 - Incluir como artículo 4 de la Resolución GMC N° 34/19, el siguiente texto:

“Art. 4 - Los documentos de porte obligatorio, en el transporte de pasajeros y de cargas por carretera, podrán ser exhibidos en formato papel impreso o digital a través de dispositivos electrónicos –siempre que incluyan un medio de verificación electrónico-, en la medida en que ello sea acordado en forma bilateral o multilateral por los Estados Partes involucrados”.

Art. 2 - Renumerar correlativamente los artículos subsiguientes.

Art. 3 - Esta Resolución deberá ser incorporada al ordenamiento jurídico de los Estados Partes antes del 25/VII/2021.

GMC (Dec. CMC N° 20/02, Art. 6) - Montevideo, 26/II/21.



MERCOSUL/GMC/RES. N° 43/20

**MODIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO GMC N° 34/19
“DOCUMENTOS DE PORTE OBRIGATÓRIO NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO
DE PASSAGEIROS E DE CARGAS”**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e a Resolução GMC N° 34/19 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que, a fim de agilizar e oferecer maiores garantias nos procedimentos de fiscalização, os Estados Partes têm avançado na utilização de meios eletrônicos para comprovar os requisitos exigidos para a realização dos serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros e de cargas, aos quais se referem os documentos de porte obrigatório previstos na Resolução GMC N° 34/19.

Que é conveniente estabelecer, de forma expressa, na referida Resolução, a possibilidade de empregar as referidas modalidades, nos casos em que for aplicável, quando ofereçam as garantias necessárias e na medida em que os Estados Partes envolvidos estejam em condições de implementá-las.

**O GRUPO MERCADO COMUM
RESOLVE:**

Art. 1º - Incluir, como artigo 4º da Resolução GMC N° 34/19, o seguinte texto:

“Art. 4º - Os documentos de porte obrigatório no transporte rodoviário de passageiros e de cargas poderão ser exibidos em formato impresso ou digital por meio de dispositivos eletrônicos - quando for incluído um meio de verificação eletrônico - na medida em que isso seja acordado de forma bilateral ou multilateral pelos Estados Partes envolvidos”.

Art. 2º - Renumerar os artigos seguintes da forma que corresponder.

Art. 3º - Esta Resolução deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 25/VII/2021.

GMC (Dec. CMC N° 20/02, Art. 6º) - Montevidéu, 26/II/21.

DIRECCIÓN NACIONAL DE VIALIDAD

Resolución 1421/2019

RESOL-2019-1421-APN-DNV#MTR

Ciudad de Buenos Aires, 25/07/2019

VISTO El expediente N° EX-2019-55139316-APN-DNV-MTR y copia digital del Expediente N°18942/2016 (orden N°15), por el que tramita la definición e implementación de planes de preservación de infraestructura del Transporte; y

CONSIDERANDO:

Que el Estatuto Orgánico ratificado por ley 14467 asigna a esta Dirección Nacional de Vialidad la conservación del Sistema Nacional de Caminos como responsabilidad primaria y de modo concordante le habilita a establecer las dimensiones y los límites de carga por eje de los vehículos que transiten por los caminos de la red troncal a su cargo y consecuentemente le impone la fiscalización del cumplimiento de tales normas.

Que a su vez, la ley Nacional de Transito reglamentó los límites máximos de las dimensiones máximas, el peso transmitido a la calzada y la relación entre la potencia efectiva al freno y el peso total de arrastre.

Que en su carácter de autoridad vial competente, Vialidad Nacional tiene delegada la potestad de otorgar los permisos para exceder las dimensiones establecidas en el inciso c) del Artículo 53 de la Ley N° 24.449 y en el supuesto previsto en el Artículo 57 del referido texto legal.

Que con la sanción de la ley 24653 y su reglamentación se instituye el régimen vigente para el transporte automotor de cargas de carácter nacional e internacional, en la medida que no se encuentre reglado por convenios internacionales.

Que el Régimen Sancionatorio habilitado por el dictado del Decreto 1035/2002 dispone en su artículo 28 que “cuando el transporte de cargas se realice con vehículos cuyo peso máximo y dimensiones se encuentren excedidos de acuerdo a lo establecido por la normativa vigente, o sin el permiso que lo habilite para ello, será sancionado conforme lo establecido en la Ley N° 24.449 y su reglamentación.”.

Que la Ley Nacional de Tránsito, en su artículo 40 literal h) establece como requisito para circular: “Que el vehículo y lo que transporta tenga las dimensiones, peso y potencia adecuados a la vía transitada y a las restricciones establecidas por la autoridad competente, para determinados sectores del camino”. Norma ordenatoria que se integra con las disposiciones de los artículos 53, 56, 57 y 77 de la Nacional de Tránsito.

Que Vialidad Nacional es la autoridad delegada para efectuar las funciones de administración, fiscalización y comprobación de excesos en materia de pesos y dimensiones y el exceso de carga en relación a la potencia.

Que la extralimitación en materia de pesos y dimensiones o el exceso de carga en relación a la potencia producen el efectivo deterioro de la infraestructura vial y afectan su vida útil, incluso las denominadas “obras de arte”.

Que tales afectaciones a los intereses generales y colectivos como es la conservación del Sistema Nacional de Caminos debe conducir a la compensación resarcitoria del daño y/o a la multa retributiva de la trasgresión de las normas reglamentarias.

Que deviene impostergable sistematizar y actualizar el plexo reglamentario a fin sanear la base de infractores e implementar un procedimiento diligente y eficaz para la determinación de las compensaciones y/o multas, con las debidas garantías del debido proceso adjetivo.

Que sin perjuicio del incentivo al reconocimiento voluntario de la infracción por parte del presunto infractor, la disponibilidad de un procedimiento expedito en la determinación de la infracción, no solo garantiza la legitimidad y oportunidad de la determinación sino fundamentalmente reafirma la existencia de un circuito virtuoso para ordenar las conductas humanas: infracción – comprobación – sanción.

Que a tales fines se aprueba el PROTOCOLO DE PROCEDIMIENTO PARA LA CONSTATAION DE EXCESOS EN PESO, DIMENSIONES Y POTENCIA, que sistematiza y compone una adecuada integración administrativa de las etapas de verificación, comprobación y determinación de la infracción.

Que así, se establece que las actividades de verificación y control serán realizadas por las personas, en los lugares y mediante los procedimientos que la Dirección Nacional Vialidad habilite expresamente al efecto.

Que en consecuencia se establecen los recaudos de la comprobación, su valor probatorio y se garantiza la citación y audiencia de los presuntos responsables, a falta del acogimiento al beneficio de pago voluntario y la revisión judicial suficiente conforme lo establecido por la ley de Transporte Automotor de Cargas.

Que a tenor de los contratos de Participación Publico Privada de la Red de Autopistas y Rutas Seguras PPP, las Contratistas PPP tienen derecho a percibir las contraprestaciones por los excesos, razón por lo cual se les otorga participación a efectos de impulsar la sustanciación de las comprobaciones de infracción.

Que para la debida sustanciación se crea la función de “Revisor de Infracciones”, con la autoridad y facultades necesarias para llevar adelante la misión de recibir las actas de comprobación, notificar a los presuntos responsables, sustanciar los descargos que presenten, ordenar la producción de prueba y determinar la existencia o no de infracción y en su caso la compensación y/o multa correspondiente, mediante resolución fundada, conceder y conocer de las impugnaciones y proceder a su ejecución una vez firme, sin perjuicio de comunicar la existencia de deuda a la Comisión Nacional de Regulación del Transporte, individualizando los sujetos obligados y los dominios incursos, a los fines de paralizar todo tipo de trámite del infractor moroso, conforme lo prevén el Decreto 1395/98 y la Resolución nro. 628/CNRT/2012.

Que a los fines de garantizar la autenticidad de la información se crea en el ámbito de la Gerencia Ejecutiva de Obras y Mantenimiento, la Base de Datos Antecedentes de Excesos en Peso, Dimensiones y en la relación Peso Potencia de la Dirección Nacional de Vialidad; la cual habrá de contener toda la información concerniente a las Actas de Constatación de Infracción, los pagos voluntarios, las resoluciones dictadas por los Revisores de Infracción en relación a las empresas transportistas, a los titulares y /o propietarios de equipos utilizados para el transporte y a los cargadores, conservando sus asientos durante todo el tiempo de vigencia de la acción; brindando autenticidad a la información.

Que por ende, se establece que la inexistencia de infracciones pendientes de resolución y/o pago se acreditará con el Certificado de Libre Deuda, emitido de conformidad con las constancias de la Base de Datos de Antecedentes de Excesos en Peso, Dimensiones y en la relación Peso Potencia de la Dirección Nacional de Vialidad; y la existencia de infracciones pendientes, habilita la denegación del Permiso de Transito.

Que de conformidad con el Decreto 32 del 10 de diciembre de 2018, esta Dirección Nacional de Vialidad se encuentra facultada para establecer el monto del canon consistente en el pago de la contribución previa al otorgamiento del permiso por el resarcimiento de la reducción de la vida útil de la vía o los posibles daños a la infraestructura, el monto de las multas por daño a la infraestructura vial, por incumplimiento a la Potencia-Peso, exceso en las dimensiones de los vehículos, así como también el control y fiscalización de dichos parámetros y toda norma de carácter complementario relativa a los mismos.

Que mediante Providencia N° 2019-56468857-APN-OYM#DNV ha tomado debida intervención la SUBGERENCIA DE CONTROL DE PESOS Y DIMENSIONES, manifestando que el PROTOCOLO DE PROCEDIMIENTO PARA LA CONSTATAION DE EXCESOS EN PESO, DIMENSIONES Y POTENCIA, aborda la totalidad de las problemáticas planteadas actualmente, compartiendo la opinión la COORDINACIÓN DE OPERACIONES SUSTENTABLES y la GERENCIA EJECUTIVA DE OPERACIÓN Y MANTENIMIENTO.

Que la GERENCIA EJECUTIVA DE ASUNTOS JURÍDICOS tomó la intervención que le compete mediante Dictamen N° IF-2019-64803387-APN-AJ#DNV.

Que la presente se dicta en ejercicio de las facultades conferidas por el Decreto Ley N° 505/58, ratificado por Ley N° 14.467 y normas concordantes.

Por ello,

LA ADMINISTRADORA GENERAL DE LA DIRECCIÓN NACIONAL DE VIALIDAD

RESUELVE:

Artículo 1º.- Apruébase el PROTOCOLO DE PROCEDIMIENTO PARA LA CONSTATAION DE EXCESOS EN PESO, DIMENSIONES Y POTENCIA de la Dirección Nacional de Vialidad, que forma parte de la presente como IF-2019-66371263-APN-ALTA#DNV, conjuntamente con los montos de las multas por excesos de peso, dimensiones y/o relación peso/potencia, por la evasión o fuga de los puestos de control de pesos y dimensiones, la Base de Datos Antecedentes de Excesos en Peso, Dimensiones y en la relación Peso Potencia de la Dirección Nacional de Vialidad y el Certificado de Libre Deuda por infracciones pendientes de resolución y/o pago.

Artículo 2º.- Crease la función de “Revisor de Infracciones” que tendrá por misión recibir los actuados de comprobación, citar a los presuntos responsables, sustanciar los descargos, ordenar la producción de prueba y dictar resolución fundada, en la que determinará la existencia o no de infracción y en su caso la compensación y/o multa correspondiente, conceder los recursos administrativos y/o judiciales y conocer del primero y proceder a su ejecución una vez firme la resolución; a cuyos fines se delega en el “Revisor de Infracciones” las facultades y potestades necesarias para el cumplimiento de los cometidos previstos en el PROTOCOLO DE PROCEDIMIENTO PARA LA CONSTATAION DE EXCESOS EN PESO, DIMENSIONES Y POTENCIA.

Artículo 3º.- Delegase en el Gerente Ejecutivo de Operación y Mantenimiento la facultad de designar los “Revisores de Infracción”, con previa intervención de la Gerencia Ejecutiva de Recursos Humanos. Los revisores de Infracción se desempeñarán en el ámbito de la Gerencia Ejecutiva de Operación y Mantenimiento y deberán ser abogados, matriculados, acreditando experiencia profesional no menor a cinco (5) años y versación en derecho administrativo sancionador. Asimismo, el Gerente Ejecutivo de Operación y Mantenimiento designará entre los revisores de infracciones a los Coordinadores, quienes tendrán a su cargo la supervisión del procedimiento, organizarán las capacitaciones, establecerán los criterios de actuación y propondrán las adecuaciones convenientes y/o necesarias.

Artículo 4º.- Delegase en el Gerente Ejecutivo de Operación y Mantenimiento la facultad de habilitar lugares y personas para llevar adelante la fiscalización de pesos, dimensiones y relación peso/potencia; aprobar el modelo de acta de constatación de infracción; emitir las instrucciones necesarias para el cometido de los agentes de control de pesos y dimensiones; establecer la metodología de comprobación del funcionamiento y contraste de las balanzas utilizadas.

Artículo 5º.- Derogase las Resoluciones Nro. 986/2002, Nro. 1013/2009 y toda norma que se oponga a la presente.

Artículo 6º.- Publíquese la presente por el término de tres (3) días en el Boletín Oficial, en por lo menos 2 (DOS) diarios de mayor circulación de cada una de las provincias, a fin de notificar a todas las partes involucradas y en el sitio web de la DIRECCIÓN NACIONAL DE VIALIDAD.

Artículo 7º.- Tómese razón a través de la SUBGERENCIA DE DESPACHO Y MESA GENERAL DE ENTRADAS, quien comunicará mediante Sistema de Gestión Documental Electrónico (GDE) por Comunicación Oficial a las dependencias intervinientes y pase a la GERENCIA EJECUTIVA DE OPERACIÓN Y MANTENIMIENTO, que efectuará las notificaciones de práctica, a la GERENCIA EJECUTIVA DE RELACIONES INSTITUCIONALES, COMUNICACIONES Y POLÍTICA y la GERENCIA EJECUTIVA DE LICITACIONES Y CONTRATACIONES a fin de dar cumplimiento a lo dispuesto en el artículo 6º de la presente.

Artículo 8º.- Notifíquese, comuníquese y dése a la DIRECCIÓN NACIONAL DEL REGISTRO OFICIAL para su publicación. Patricia Mabel Gutierrez

Fecha de publicación 05/08/2019

PROTOCOLO DE PROCEDIMIENTO PARA LA CONSTATAION DE EXCESOS EN PESO, DIMENSIONES Y POTENCIA.

TITULO I

CAPÍTULO I

DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 1.- Los Pesos y dimensiones del transporte automotor de cargas de carácter nacional e internacional se regirán por lo normado por los artículos 53 inciso c), d) y e), 56 inc. e) y 57 de la Ley N° 24.449, por el Decreto N° 779/95, por el Decreto N° 79/98 y sus modificatorios, por las Leyes N° 21.844, 24.653, reglamentada por el Decreto N° 1035/2002, por el Decreto N° 253/95 y/o la normativa que en el futuro se dicte.

Artículo 2. A los fines de esta reglamentación se entenderá que existe transporte automotor de cargas de carácter nacional o internacional conforme lo establecen las normas específicas en la materia.

Artículo 3.- Son responsables solidarios para esta reglamentación:

- a) El transportista como consecuencia de la extralimitación en el peso, dimensiones y/o potencia del vehículo por las sanciones y compensaciones incurridas.
- b) El cargador y todo aquel que intervenga en la contratación o prestación del servicio.
- c) El receptor de la carga, en el caso en que no facilite a la autoridad competente los medios y constancias que disponga.
- d) El conductor o chofer que se sustrajera a la indicación de ingresar al pesaje correspondiente continuando su marcha, será solidariamente responsable por las sanciones previstas en el art. 27 del Decreto 1035/2002
- e) Cuando no se identifique al conductor infractor, recaerá la presunción de comisión de la infracción en el propietario del vehículo, a no ser que se compruebe que lo había enajenado o no estaba bajo su tenencia o custodia, denunciando al comprador, tenedor o custodio.

CAPITULO II

METODO DE CONTROL

Artículo 4.- Las actividades de verificación y control de Pesos, dimensiones y de la relación Peso-Potencia serán realizadas por las personas y en los lugares que la Dirección Nacional Vialidad y/o quien esta establezca habiliten expresamente al efecto.

Artículo 5.- La habilitación de la Dirección Nacional de Vialidad faculta a realizar todas las actividades necesarias para verificar y controlar pesos, dimensiones y potencia, debiendo los verificadores:

- a) Identificarse ante el presunto infractor.
- b) Actuar de oficio ante el posible exceso en el peso, las dimensiones y/o la potencia admitida.
- c) Utilizar el acta de constatación reglamentaria, enviando la misma al presunto infractor al domicilio electrónico. En el caso de que se labre en soporte papel, se le deberá entregar copia, salvo que no se identificare o se diere a la fuga. En este último caso se deberá hacer constar esa circunstancia y se procederá conforme lo dispuesto por el artículo 12 del presente.
- d) Dejar constancia de la negativa del conductor a firmar la recepción de la copia del acta de constatación de infracciones.
- e) Solicitar el auxilio de la fuerza pública en caso de ser necesario para asegurar el procedimiento de comprobación.

Artículo 6.- Los controles de pesaje y dimensiones se realizarán conforme lo dispuesto

por el Decreto N° 79/98, sus reglamentaciones y/o la norma que en el futuro la reemplace.

Artículo 7.- Las infracciones pueden ser comprobadas válidamente de forma manual o por medios electrónicos, fotográficos, filmicos o de grabación de video, desde medios móviles, dinámicos o puestos fijos; y los instrumentos deberán cumplir las condiciones establecidas por Organización Internacional de Metrología Legal.

Artículo 8.- Cuando una balanza dinámica indique un exceso de peso o dimensiones de un vehículo y su conductor se sustrajere a la indicación de ingresar al pesaje en balanza fija, dándose a la fuga, se procederá a labrar el acta de constatación de infracción en la que se consignará tales circunstancias, agregándose la constancia emitida por la balanza dinámica, que acreditará el exceso a los fines del artículo 27 del Decreto 1035/2002.

Artículo 9.- El personal a cargo del proceso de verificación y control, a los fines de la comprobar y/o asegurar la prueba y/o cesar la falta, dispondrá la paralización preventiva del transporte en infracción hasta tanto se regularice la condición del tránsito.

CAPITULO III

PROCEDIMIENTO

Artículo 10.- El personal habilitado a cargo de un proceso de verificación y control actuará de oficio y deberá labrar un acta de constatación de infracción de inmediato al comprobar un incumplimiento al peso, la dimensión o la relación entre la potencia efectiva al freno y el peso total de arrastre de un vehículo, (arts. 53, 56, 57 de la ley 24449 y/o arts. 27 y 28 del Decreto 1035/2002), a los fines de determinar la compensación y/o multa por el deterioro ocasionado por dicho exceso y la multa por la infracción.

Acta de Constatación

Artículo 11.- El acta de constatación de la presunta infracción será labrada en soporte digital y haciendo constar el hecho verificado y la norma infringida. Excepcionalmente, en caso de no ser posible se labrará en soporte papel, debiendo ser digitalizada con posterioridad en el plazo de 1 (UN) día.

Las actas de constatación se vincularán al Expediente Electrónico del Sistema GDE que corresponde al actuado de comprobación de infracción.

Las actas de constatación de infracción deberán estar numeradas e individualizar, verificándose la documentación correspondiente:

- a) El lugar, la fecha y hora de la comprobación.
- b) Al Conductor, el Transportista, el Titular y/o Propietario de los equipos utilizados para el transporte y el /los Cargador/es con indicación del nombre, el apellido, la razón social, el domicilio, el documento de identidad y/o la CUIT.
- c) El Vehículo conforme su dominio, en su caso la unidad tractora, semi o el acoplado; su configuración y distancia entre ejes.
- d) Los datos de la carga y la documentación que la ampara, su origen y el destino por cargador
- e) Las medidas de longitud, ancho y altura del vehículo; el peso obtenido por eje y el peso total; el peso bruto de arrastre en relación a la potencia del motor, los valores máximos permitidos y los excesos.
- f) La regularización o adecuación de las condiciones del transporte.
- g) La balanza y los instrumentos utilizados.
- h) Firma del conductor del vehículo o constancia de su negativa.
- i) Nombre, cargo y firma de/los agente/s actuante/s

El acta de constatación de infracción podrá además consignar, sin que su ausencia afecte su validez:

j) En relación al vehículo:

j.1) Marca

j.2) Modelo

j.3) Año

j.4) Permiso especial de circulación

k) En relación al Conductor:

k.1) Licencia de Conducir

k.2) Licencia Nacional de Conducir Transporte Interjurisdiccional

k.3) Domicilio constituido electrónico

k.4) Nacionalidad

l) En relación a la Empresa Transportista:

l.1) Domicilio constituido electrónico

ll) En relación al Cargador:

ll.1) Domicilio electrónico

m) En relación al propietario y/o equipos

m.1) Domicilio electrónico

Artículo 12.- En caso de labrarse el Acta de Constatación de Infracción en soporte papel o por no tener acceso a la base de información de los registros o por considerarlo necesario y/o útil el verificador, se agregará como documentación complementaria al actuado de comprobación una copia en soporte papel o digital de la Cédula de Identificación del Automotor y en su caso del Acoplado, de la Licencia de conductor y de Licencia Nacional Habilitante del Conductor, del REGISTRO UNICO DEL TRANSPORTE AUTOMOTOR (R.U.T.A.), de la Constancia de Revisión Técnica Obligatoria, de las Cartas de Porte y/o contrato de ejecución continuada , y/o manifiesto de carga (MC) y/o conocimiento de embarque, y/o Facturas y/o Remitos que en su caso, amparen el transporte de las mercaderías y del Permiso Especial de Transito en los supuestos en que éste sea requerido; los que integrarán los actuados de comprobación conjuntamente con el acta de constatación de infracción, los tickets de balanza (pesaje y repesaje) y la individualización de la balanza.

Artículo 13.- El personal a cargo de la comprobación hará entrega de una copia del acta de constatación de infracción al conductor presente, quien deberá firmar su recepción o dejará constancia de su negativa a firmar y/o su recepción. Tal obligación no rige cuando las infracciones sean detectadas a través de los sistemas de control electrónico o fotográfico de infracciones y/o supuestos de fuga.

Artículo 14.- Las actas de constatación de infracción labradas por los agentes habilitados en las condiciones enunciadas, harán plena prueba del hecho que motiva la responsabilidad del infractor, mientras no sean enervadas por otras pruebas.

CAPITULO IV

REGLAS PROCESALES

Artículo 15.- Tramitarán mediante expediente electrónico en el Sistema de Gestión Documental Electrónica (Sistema GDE) o en el sistema que en el futuro lo reemplace, las actuaciones para la determinación, aplicación y cobro de las infracciones y la percepción de la compensación por excesos en peso, dimensión y/o potencia. Las actuaciones se iniciarán de oficio, estarán encabezadas por el Acta de constatación de la Infracción y se integrarán con los documentos, pruebas, dictámenes, informes, acuerdos, notificaciones y demás diligencias practicadas con los presuntos infractores.

Artículo 16.- El procedimiento administrativo se regirá por el presente régimen y subsidiariamente en todo aquello no previsto por los Decretos 1035/2002 y 253/1995 y las leyes 24653, 21844, 24449 y 19549, priorizando los principios de economía, sencillez y eficacia.

Artículo 17.- El personal a cargo del proceso de verificación y control deberá remitir diariamente las actuaciones de comprobación a la Subgerencia de Control de Pesos y

Dimensiones de la Dirección Nacional de Vialidad.

Artículo 18.- La Subgerencia de Control de Pesos y Dimensiones de la Dirección Nacional de Vialidad arbitrará los medios para el ingreso de la información en la Base de Datos de Antecedentes de Excesos en Pesos y Dimensiones de la Dirección Nacional de Vialidad de cada actuado de comprobación y formará el correspondiente expediente, dejando constancia si fueron labradas por personal de la D.N.V. o de las Contratistas PPP o de los Concesionarios de un Corredor Vial.

Artículo 19.- La Subgerencia de Control de Pesos y Dimensiones remitirá diariamente los expedientes de comprobación de infracciones a los "Revisores de Infracciones sobre Peso, Dimensiones y Potencia" quienes actúan como instancia administrativa obligatoria y previa a la intervención judicial, respecto de las actas de constatación de infracción por excesos en el peso, las dimensiones o la relación entre la potencia efectiva al freno y el peso total de arrastre de un vehículo, a los fines de determinar su validez, los responsables y la sanción y/o compensación por el deterioro ocasionado por tales excesos.

Artículo 20.- Los Revisores de Infracciones deciden mediante resolución fundada, teniendo facultades para:

a) Disponer el archivo administrativo de las actuaciones por defectos formales en las actas de constatación de infracción, o por acreditación de la inexistencia de la falta imputada.

b) Declarar la validez del acta de constatación de infracción y determinar el importe de la sanción y/o resarcimiento dentro de la escala prevista para el caso, en Unidades Fijas, como así también la forma y plazo para el pago, que podrá incluir el pago en cuotas.

c) Declarar su incompetencia para llevar adelante el procedimiento administrativo y remitir las actuaciones a la autoridad competente

Artículo 21.- Recibidas las actuaciones administrativas, en el plazo de dos (2) días se notificará el Acta de Constatación de Infracción en el/los domicilios electrónicos constituidos, siendo válidas y plenamente eficaces todas las notificaciones, citaciones y comunicaciones que allí se practiquen. Teniéndose por notificado el primer día hábil siguiente al de la fecha de ingreso de la notificación a la cuenta de usuario, según el siguiente detalle:

a) Al conductor en el domicilio electrónico que haya registrado al obtener la LINTI.

b) A la Empresa Transportista al domicilio electrónico constituido en la Plataforma electrónica TRÁMITES A DISTANCIA (TAD).

En el supuesto que no se halla identificado al conductor o si se hubiera dado a la fuga, se enviará la notificación al propietario del vehículo al domicilio especial electrónico constituido en TAD.

En el caso que alguno de los presuntos responsables no posean un domicilio especial electrónico, y/o en prevención de nulidades, serán citados por cualquiera de las formas previstas en el Artículo 41 del Decreto 1759/72 por los Revisores de Infracción y se tendrán por válidas las notificaciones cursadas:

a) Al conductor del vehículo en el domicilio fijado en la licencia habilitante.

b) Al titular del rodado y al transportista en el domicilio fijado en el R.U.T.A. o en su caso en el domicilio especial fijado en la solicitud de autorización originaria para el transporte internacional de cargas por carretera.

c) Al cargador en el domicilio denunciado en la Carta de Porte, Manifiesto de Carga, Conocimiento de Embarque o Remito, según corresponda.

Artículo 22.- En el mismo acto de notificación se intimará al presunto infractor para que dentro de los DIEZ (10) días hábiles administrativos de recibida la notificación efectúen el pago voluntario o en su defecto acredite personería, constituya domicilio especial electrónico en la Plataforma TAD si no lo tuviera, tomen vista de los actuados

y formulen su descargo, ofreciendo la prueba de que intente valerse respecto de los hechos constatados en las actas.

Se le hará saber al presunto infractor que la presentación del descargo implicará la pérdida del beneficio de descuento por pago voluntario.

Los citados, en su primera presentación, deberán constituir domicilio legal en el ejido de la ciudad que sea asiento del " Revisor de Infracciones sobre Pesos, Dimensiones y Potencia" y fijar una dirección de correo electrónico en la plataforma electrónica TAD, a los efectos de las notificaciones y/o comunicaciones, bajo apercibimiento de tenerlo por constituido en los estrados de la unidad interviniente.

Artículo 23.- Cuando la comprobación de una infracción haya sido realizada por personal de una Contratistas PPP o un Concesionario de Corredor Vial, sus representantes podrán constituirse en parte en el procedimiento, con facultades de petionar; a cuyo fin deberán ser oportunamente notificados de la citación de los imputados.

Artículo 24.- El Revisor de Infracciones celebrará una audiencia a efectos de recibir el descargo de los infractores, en forma oral o escrita, en la Plataforma electrónica TAD y la prueba o documentación que presenten.

No será necesario el patrocinio o la asistencia legal. El presunto infractor podrá comparecer por sí o por medio de mandatario, sin admitirse la intervención de gestores oficiosos

Solo podrá ordenar la suspensión de la audiencia cuando fuere indispensable incorporar documentos, información o el testimonio de terceras personas y previa declaración sobre su admisibilidad con estricta sujeción a los hechos imputados, la responsabilidad de los citados y el descargo. Se declarará inadmisibles toda aquella prueba que resulte superflua, improcedente o meramente dilatoria.

El Revisor de Infracciones se encuentra facultado para disponer todos los actos útiles para sustanciar las infracciones imputadas y sus descargos; en especial efectuar los requerimientos necesarios mediante oficio, comunicaciones y/o citaciones. Al proponente de la prueba le incumbe la carga de su oportuna producción y esta se ordenará bajo apercibimiento de tenerlo por desistido en caso de incumplir el diligenciamiento de la citación o la incomparecencia del testigo o la omisión de aportar informes y/o documentos.

De todo lo actuado, se dejará constancia en el expediente.

Artículo 25.- Vencido el plazo previsto en el artículo 22do. sin que el presunto infractor hubiese efectuado el pago voluntario o comparecido, éste solo podrá ser prorrogado una única vez, cuando el presunto responsable acredite la imposibilidad o una justa causa de incomparecencia. Podrá optar en ese mismo acto, entre efectuar el pago voluntario o ser oído de acuerdo con las previsiones del artículo precedente.

Si el presunto infractor no compareciera, el Revisor de Infracciones efectuará de oficio la determinación, conforme las funciones previstas en el artículo 20mo. y la notificará por cualquiera de los medios previstos en el Artículo 41 del Decreto 1759/72.

Artículo 26.- No habiéndose efectuado el pago voluntario, recibido el descargo y su prueba o ante la incomparecencia de los citados, el Revisor de Infracciones confeccionará un acta detallando los antecedentes, lo sustancial del descargo en su caso, los motivos de la inadmisibilidad de la prueba o en su caso la que fundamenta su veredicto en relación con los hechos que motivan la existencia o inexistencia de infracción y la responsabilidad de los imputados.

De confirmarse defectos de los actuados de comprobación, la inexistencia de infracción o la falta de responsabilidad del imputado, dispondrá a su respecto el archivo.

De convalidarse el procedimiento de comprobación, mediante veredicto establecerá la

calificación legal de las infracciones, con cita de las disposiciones legales infringidas y determinará la sanción y/o el monto de la compensación o resarcimiento por el deterioro en la vida útil de la estructura vial, incluidos los daños a las obras de arte y la multa. Establecerá la modalidad de su cumplimiento en cada caso, que de corresponder podrá incluir el pago en cuotas.

Artículo 27.- Emitido el veredicto y proyectada la resolución, el revisor de Infracciones remitirá los actuados a la Asesoría Jurídica para que se expida sobre la legalidad del procedimiento en el plazo de tres (3) días.

Artículo 28.- Devueltas las actuaciones el Revisor de Infracciones dicta el acto administrativo sancionador y ordena su registro.

Artículo 29.- La resolución será notificada a los imputados, con indicación de los recursos que pueden interponer contra dicho acto, el plazo dentro del cual deben articularse los mismos y las condiciones de admisibilidad.

La Contratista PPP o Concesionario de Corredor Vial que hubiere originado la comprobación y la Dirección Ejecutiva de Obras y Mantenimiento serán notificadas de la resolución dictada.

CAPÍTULO V

IMPUGNACIÓN

Artículo 30.- Dentro del término de diez (10) días de notificado de la resolución que determina la infracción el infractor podrá, a su opción, apelar directamente ante la Cámara Nacional de Apelaciones en lo Contencioso Administrativo Federal, o interponer recurso de reconsideración, con el que quedará definitivamente cerrada la vía administrativa.

La resolución que recaiga en el recurso de reconsideración será apelable ante la mencionada cámara, en iguales términos y plazos que la apelación directa.

Artículo 31.- Si el recurso de reconsideración no fuere resuelto dentro del plazo fijado por el artículo 86 de la reglamentación de la Ley Nacional de Procedimientos Administrativos - Dto. 1759/72 -, el interesado podrá reputarlo denegado tácitamente; si así lo hiciera le quedará abierta la vía judicial en los términos y plazos del artículo precedente.

Artículo 32.- El recurso de reconsideración y/o la apelación deberán deducirse debidamente fundados ante el Revisor de Infracciones, quien en su caso, deberá elevar las actuaciones a la citada Cámara, dentro de los diez (10) días subsiguientes.

Previo a la interposición del recurso de reconsideración o apelación contra la sanción y/o resarcimiento impuesto, el infractor recurrente deberá satisfacerse su pago. En caso de hacerse lugar al recurso el depósito se devolverá al valor actual de la unidad fija.

Artículo 33.- El silencio por parte del infractor implica su aceptación de la determinación administrativa.

Si el deudor no abonare dentro de los plazos establecidos, el Revisor de Infracciones emitirá el certificado de deuda que habilitará el reclamo judicial por la vía ejecutiva.

Artículo 34.- El cobro de la sanción y/o resarcimiento firme se hará de acuerdo con lo establecido en el Título II del libro III del Código Procesal Civil y Comercial de la Nación; sirviendo de suficiente título ejecutivo a tal efecto el Certificado de Deuda emitido por el Revisor de Infracciones, en los términos del artículo 85 b) de la ley 24449 y artículo 523 del Código Procesal Civil y Comercial de la Nación; quien procederá a su ejecución. A requerimiento del Contratista PPP o Concesionario de Corredor Vial, en los términos de las previsiones del Contrato PPP o de Concesión y respecto de las facultades de recaudación de la contraprestación por exceso de carga y/o sanción, la Unidad de Revisión de Infracción emitirá el certificado de deuda a tales fines.

Artículo 35.- En todo aquello no previsto en el presente protocolo de procedimiento,

serán de aplicación supletoria las disposiciones del procedimiento del Título II de la Sección I del “REGIMEN DE PENALIDADES POR INFRACCIONES A LAS DISPOSICIONES LEGALES Y REGLAMENTARIAS EN MATERIA DE TRANSPORTE POR AUTOMOTOR DE JURISDICCION NACIONAL”, de conformidad con lo dispuesto por el artículo 54 del Dto. 1035/2002. En especial, en materia de recursos y sus efectos contra la imposición de sanción y/o resarcimiento, reglamentados en los artículos 8vo., 9no. y 10mo. de la ley 21.844.

CAPITULO VI

SANCIONES Y COMPENSACIÓN APLICABLE

Artículo 36.- Las infracciones al peso, dimensiones y la relación peso-potencia serán sancionadas con multa, sin perjuicio de la compensación por el deterioro de la vida útil del pavimento y/o las obras de arte.

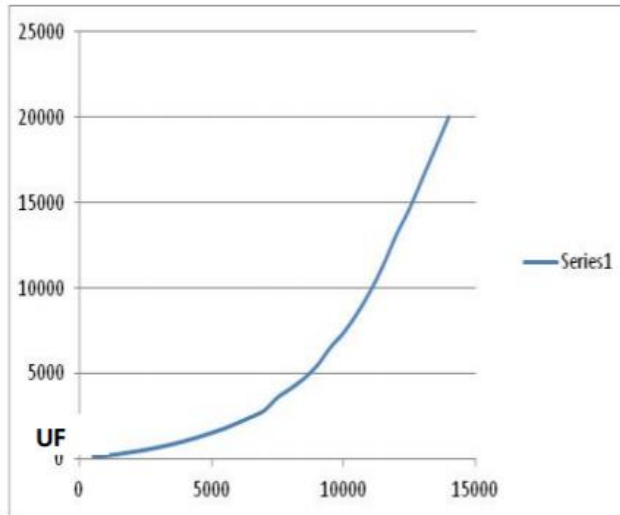
MULTA

Artículo 37.- El importe de la sanción de multa será determinado en Unidades Fijas denominadas UF, cada una de las cuales equivale al menor precio de venta al público de un litro de nafta especial del Automóvil Club Argentino Central, y deberá abonarse su equivalente en moneda corriente al momento de hacerse efectivo el pago, conforme a la siguiente escala:

a) Exceso de Peso: Tabla de Valores en UF a aplicar sobre los sobrepesos totales en kilogramos:

Tabla 1

kg	UF
500 - 1000	154
1000-1500	185
1500-2000	287
2000-2500	408
2500-3000	533
3000-3500	682
3500-4000	856
4000-4500	1051
4500-5000	1274
5000-5500	1523
5500-6000	1787
6000-6500	2110
6500-7000	2451
7000-7500	2831
7500-8000	3592
8000-8500	4113
8500-9000	4697
9000-9500	5451
9500-10000	6510
10000-10500	7364
10500-11000	8462
11000-11500	9744
11500-12000	11282
12000-12500	13077
12500-13000	14615
13000-13500	16410
13500-14000	18205
14000 o más	20000



El monto de la multa establecido en la Tabla 1, se incrementará en un 20% por el uso de las obras de arte de las rutas nacionales.

b) Exceso de Largo:

Exceso (M.)	Multa (UF)
0,25 - 1	50
1,01 - 2	100
2,01 - 3	150
3,01 - 4	200
4,01 - 5	250
5,01 - 6	300
6,01 - 7	350
7,01 - 8 ó más	400

c) Exceso de Ancho -

Exceso (M.)	Multa (UF)
0,03 - 0,20	25
0,21 - 0,40	50
0,41 - 0,60	75
0,61 - 0,80	100
0,81 - 1	150
1,01 - 1,20	200
1,21 - 1,40	300
1,41 - 1,60	400
1,61 - 1,80	500
1,81 - 2,00	600
2,01 - 2,20	700
2,21 - 2,40	850
2,41 - 2,60	1000
2,61 - 2,80	1150
2,81 - 3,00	1300
Mas de 3,00	1500

d) Exceso de Altura:

Exceso (M.)	Multa (UF)
0,05 - 0,10	12
0,11 - 0,20	24
0,21 - 0,30	70
0,31 - 0,40	150
0,41 - 0,50	250
0,51 - 0,60	350
0,61 - 0,70	500
0,71 - 0,80	700
0,81 - 0,90	900
0,91 - 1	1100
1,01 - 1,10	1300
Más de 1.0	1500

Artículo 38.- A los vehículos de cargas que circulen por rutas nacionales y cuyas unidades tractoras no cumplan la Relación Potencia –Peso (Caballo Vapor DIN por Tonelada) establecida en los Apartados 2.3.1. y 2.4.1.1. del artículo 27 del Decreto N° 32/18, se les le aplicará una multa conforme a la siguiente escala: a) 500 UF para el caso en que no se cumpla la Relación “POTENCIA –PESO” de SEIS CABALLOS VAPOR DIN POR TONELADA DE PESO (6 CV-DIN/t) con peso bruto total combinado superior a CUARENTA Y CINCO TONELADAS (45 t) y menores a SESENTA TONELADAS (60 t) b) 600 UF para el caso en que no se cumplan la Relación “POTENCIA –PESO” de SEIS COMA SETENTA Y CINCO CABALLOS VAPOR DIN POR TONELADA DE PESO (6,75 CV-DIN/t) con peso bruto total combinado igual o superior a SESENTA TONELADAS (60 t), se le aplicará una multa de 600 UF. c) 100 UF para el caso en no se cumpla la Relación “POTENCIA –PESO” de CUATRO COMA VEINTICINCO CABALLOS VAPOR DIN POR TONELADA DE PESO (4,25 CVDIN/t) con peso bruto total combinado menor o igual a CUARENTA Y CINCO TONELADAS (45 T). Artículo 39.- Las tolerancias admitidas por diferencias propias en el sistema de pesaje se registrarán por el apartado 5 del artículo 1 del Decreto N° 79/98 y sus modificatorios. Artículo 40.- La evasión o fuga de los Puestos de Control de Pesos y Dimensiones, incluidas las balanzas dinámicas, será sancionada con la aplicación de hasta una multa de 400 a 20000 UF; sin perjuicio de la multa y/o compensación que correspondiere aplicar por la infracción que en su caso,

hubiera dado motivo a la fuga. Los transportistas no podrán declinar en su personal la responsabilidad por las infracciones en que el mismo incurra.

REINCIDENCIA

Artículo 41.- Hay reincidencia cuando el infractor cometa una nueva falta habiendo sido sancionado anteriormente, dentro de un plazo de dos años.

En los casos de reincidencia se observarán las siguientes reglas:

a) La sanción de multa se aumenta:

1. Para la primera, en un cuarto;
2. Para la segunda, en un medio;
3. Para la tercera, en tres cuartos;
4. Para las siguientes, se multiplica el valor de la multa originaria, por la cantidad de reincidencia menos dos;

COMPENSACIÓN

Artículo 42.- El cálculo de la compensación a percibir por la DNV por el deterioro ocasionado por los excesos será realizado conforme a la tabla establecida en el artículo 2 del Decreto N° 79/98 y/o la que en el futuro la reemplace y se incrementará en un 20% por el deterioro de las obras de arte de las rutas nacionales. Se abonará el importe equivalente a los litros de nafta especial del Automóvil Club Argentino Central, calculados al momento del efectivo pago.

La compensación no admite reducción alguna.

DEL PAGO

Artículo 43.- La sanción de multa puede:

- a) Abonarse con una reducción del CINCUENTA POR CIENTO (50%) cuando exista reconocimiento voluntario de la multa, el que podrá realizarse hasta el vencimiento del plazo previsto en el art. 22. En todos los casos tendrá efectos de una sanción firme.
- b) Abonarse en cuotas en caso de infractores de escasos recursos, la cantidad de cuotas será determinada por la DNV.
- c) Ser exigida mediante un sistema de cobro por vía ejecutiva cuando no se hubiera abonado en término.

Artículo 44.- La aceptación de la bonificación por pago voluntario sobre el importe de la multa y/o el beneficio del pago en cuotas prevista en los artículos que preceden, implica el reconocimiento de la infracción y conlleva la renuncia a los recursos administrativos y/o judiciales que pudieran corresponderle, sin necesidad del dictado de una resolución expresa.

ARTICULO 45. - Las multas cuyo vencimiento de pago haya operado, se les aplicará un interés punitivo del DOS POR CIENTO (2 %) mensual desde el momento de su intimación hasta el de su efectivo pago.

ARTICULO 46. - La falta de pago de UNA (1) o más cuotas produce la caducidad del plan de facilidades de pago otorgado; haciendo exigible el pago del saldo total de la deuda pendiente, por plazo vencido. El Revisor de Infracción podrá emitir un Certificado de Deuda por el total, a los fines de su ejecución.

CAPITULO VII

INCUMPLIMIENTO DE LA SANCIÓN O COMPENSACION

Artículo 47.- En caso de que el infractor no pague las deudas por las infracciones comprobadas, el Revisor de Infracciones, sin perjuicio de proceder a su ejecución, comunicará la existencia de deuda a la Comisión Nacional de Regulación del Transporte, individualizando los sujetos obligados y los dominios incursos, a los fines de paralizar todo tipo de trámite del infractor moroso, conforme lo prevén el Decreto 1395/98 y la Resolución nro. 628/CNRT/2012.

Asimismo, a través de la autoridad de aplicación respectiva, se suspenderá temporalmente la vigencia del Certificado de Revisión Técnica obligatorio.

La regularización de la deuda se acreditará mediante el Certificado de Libre Deuda

emitido por el Revisor de Infracciones.

CAPÍTULO VIII

DISPOSICIONES COMPLEMENTARIAS:

Artículo 48.- La Subgerencia de Pesos y Dimensiones deberá incorporar a la Base de Datos todas las Actas de Constatación de Infracción vigentes a la fecha y mantener actualizados los antecedentes, incluidas las sanciones y compensaciones que se impongan en virtud de la presente reglamentación, identificando todos los datos consignados en el Acta de Constatación.

Artículo 49.- La prescripción se opera a los 5 (CINCO) años para la acción por sanciones y para el cobro de la compensación. La prescripción se interrumpe por la comisión de una falta o por la secuela del juicio ejecutivo

TITULO II

CAPITULO I

ANTECEDENTES EN INFRACCIONES DE EXCESOS EN PESO, DIMENSIONES Y POTENCIA DE LA

DIRECCIÓN NACIONAL DE VIALIDAD

Artículo 50.- Créase la Base de Datos de Antecedentes de Excesos en Peso, Dimensiones y en la relación Peso Potencia de la Dirección Nacional de Vialidad, en el ámbito de la Subgerencia de Control de Peso y Dimensiones de la Gerencia Ejecutiva de Operación y Mantenimiento.

Artículo 51.- La Base de Datos de Antecedentes de Excesos en Peso, Dimensiones y en la relación Peso Potencia de la Dirección Nacional de Vialidad contiene toda la información concerniente a las Actas de Constatación de Infracción, los pagos voluntarios, las resoluciones dictadas por la "Unidad Revisora de Infracciones sobre Peso, Dimensiones y Potencia" en relación a las empresas transportistas, a los titulares y /o propietarios de equipos utilizados para el transporte y a los cargadores, a cuyo fin se deberán anotar y conservar sus asientos durante todo el tiempo de vigencia de la acción.

Artículo 52.- La Base de Datos de Antecedentes de Excesos en Peso, Dimensiones y en la relación Peso Potencia de la Dirección Nacional de Vialidad coordina su actividad con los puestos de medición y control de cargas, con el Sistema Informático de Cargas o el que se adopte y las Jefaturas Distritales, con el Sistema Nacional de Administración de Infracciones (SINAI); con el Registro Único de Transporte Automotor (R.U.T.A), con el Registro de la Propiedad Automotor a los fines de acceder a la información pertinente.

CAPITULO II

LIBRE DEUDA

Artículo 53.- La inexistencia de infracciones pendientes de resolución y/o pago, se acredita mediante el Certificado de Libre Deuda, emitido de conformidad con las constancias de la Base de Datos de Antecedentes de Excesos en Peso, Dimensiones y en la relación Peso Potencia de la Dirección Nacional de Vialidad.

Artículo 54.- El Certificado de Libre Deuda tendrá una validez de ciento veinte (120) días desde su emisión.

Artículo 55.- La existencia de infracciones pendientes conforme las constancias de la Base de Datos de Antecedentes de Excesos en Peso, Dimensiones y en la relación Peso Potencia, habilita la denegación del Permiso de Tránsito y la comunicación a la Comisión Nacional de Regulación del Transporte, a los fines previstos en el Decreto 1395/1998 y la Resolución 628/CNRT/2012.



Ministerio
de Transporte
y Obras Públicas

DIRECCIÓN NACIONAL DE TRANSPORTE.

Montevideo, 08 de junio de 2021.

Resolución N° 42 / 2021

VISTO: Lo establecido en el Decreto N° 311/007 de 27 de agosto de 2007, que actualiza las disposiciones del Reglamento de Límites de Peso para vehículos que circulan por Rutas Nacionales, aprobado por Decreto N° 326/986 de 25 de junio de 1986 y modificativos.

RESULTANDO: 1) Que el numeral 2.3 del Artículo 1° del citado Decreto se establecen los pesos brutos máximos absolutos por tipo de eje para varias configuraciones de ejes, tipos de neumáticos y tipos de suspensión.

2) Que desde la promulgación del Decreto N° 311/007 se han incorporado al parque vehicular nuevas configuraciones de ejes y sistemas de suspensión.

CONSIDERANDO: Necesario establecer los pesos brutos máximos absolutos por tipo de eje para las nuevas configuraciones de ejes, tipos de neumáticos y tipos de suspensión.

ATENTO: a lo expuesto.



Ministerio
de Transporte
y Obras Públicas

El Director Nacional de Transporte

RESUELVE:

- 1) Otorgar el beneficio dado en el Decreto N° 311/007 respecto al incremento de 4% en los límites de peso máximo por eje, conjunto de ejes y total, también a los vehículos equipados con suspensión en sus ejes delanteros que cumplan las Directivas de la Unión Europea 97/27/CE y la 96/53/CE, las cuales contienen criterios de desempeño para las suspensiones basados en amortiguamiento y frecuencia natural que establecen las condiciones necesarias para considerar la equivalencia entre cierto tipo de sistemas de suspensión y los sistemas de suspensión neumática.
- 2) Admitir el empleo de ejes dobles no homogéneos con seis neumáticos, cuatro convencionales y dos superanchos, con un peso bruto de 15,5 toneladas, y de ejes triples no homogéneos con 10 neumáticos (ocho convencionales y dos superanchos) con un peso bruto de 24 toneladas. Los grupos deberán estar equipados con suspensión neumática con amortiguadores o que cumpla las Directivas de la Unión Europea 97/27/CE y la 96/53/CE de origen y la distribución de carga entre los ejes deberá garantizar que no se superen las 10 toneladas en los ejes de 4 neumáticos ni las 6,5 toneladas en los ejes de dos neumáticos. Los neumáticos superanchos sólo serán aceptados en ejes de vehículos especialmente diseñados de origen para admitir ese tipo de neumático. Los límites de peso antes mencionados ya contemplan el efecto beneficioso del 4% por contar con suspensión neumática.
- 3) Comuníquese a CIEMSA, APPLUS, Área de Gobierno Electrónico del MTOP, Dirección General de Transporte por Carretera, CIRHE, y División de Ingeniería de Transporte.

www.mtop.gub.uy Tel. (+5982) 915 7933
Rincón 575, Montevideo - Uruguay



Dr. PABLO LABANDERA
Director Nacional de Transporte
del M.T.O.P.



República Argentina - Poder Ejecutivo Nacional
2021 - Año de Homenaje al Premio Nobel de Medicina Dr. César Milstein

Nota

Número: NO-2021-75341022-APN-SSTA#MTR

CIUDAD DE BUENOS AIRES

Martes 17 de Agosto de 2021

Referencia: SE REMITE CONSULTA SGT N°5 AL SGT N°3 "OMNIBUS MERCOSUR"

A: Romina Alicia TOLEDO (DNRT#MDP),

Con Copia A: Mariela Nora Mariano (DSYCFTA#MTR), Guadalupe Marcela Menga (SSTA#MTR), Santiago Ariel Ricca (DNTAP#MTR), María Mercedes Cantero Ricomagno (SSTA#MTR), Viviana Noemí Pszeniczny (SECGT#MTR),

De mi mayor consideración:

Me dirijo a Usted en calidad de Coordinador del Subgrupo de Trabajo N° 5 "Transporte" del MERCOSUR, a fin de dar cumplimiento a lo acordado en el marco de la LIX Reunión Ordinaria del SGT N° 5 de fecha 10 y 11 de junio de 2021, en la cual se trató como punto 3.3 del temario el "ÓMNIBUS MERCOSUR".

En la mencionada reunión, los Estados Partes acordaron elevar el al SGT N° 3, la consulta para su análisis del ÓMNIBUS MERCOSUR doble piso de 15 mts., dado que el mismo se encuentra avocado al estudio de actualización de las Resoluciones GMC N° 19/02 y 20/02 referidas a las especificaciones para los ómnibus de pasajeros.

En tal sentido, se remite el Informe Gráfico correspondiente al acta de la LIX Reunión Ordinaria, IF-2021-71263055-APN-SECGT#MTR, para su conocimiento quedando al aguardo de sus comentarios sobre la consulta mencionada anteriormente.

Sin otro particular saluda atte.

Marcos Cesar Farina
Subsecretario
Subsecretaría de Transporte Automotor
Ministerio de Transporte



CENTRAL DE OPERAÇÕES E ALFÂNDEGA DO PORTO

BRASIL

Time Release Study

Receita Federal

Jun/2020

Realización del estudio

Organismos participantes :



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



Apoio:



UK Government



WORLD BANK GROUP



World Customs
Organization



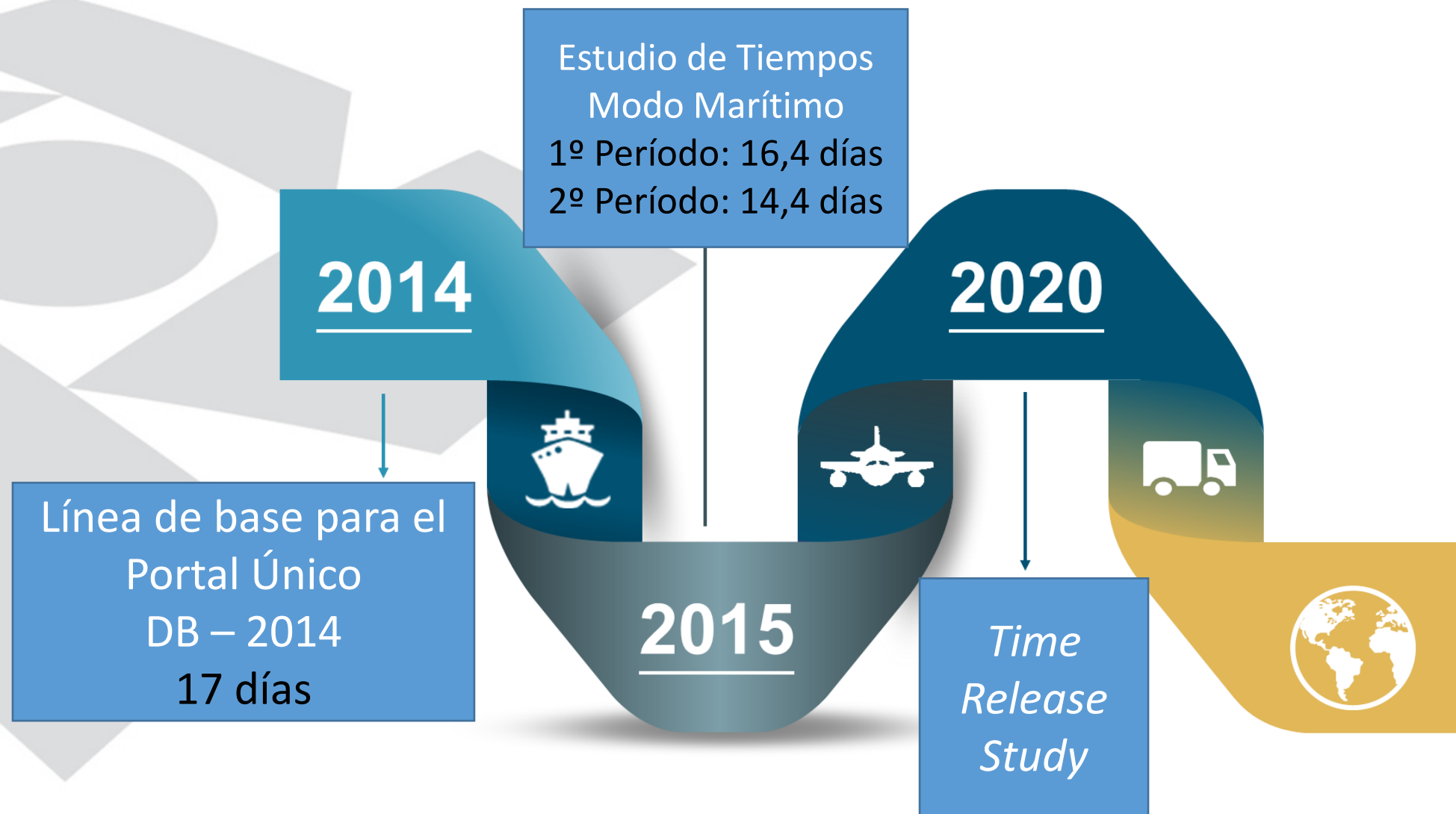


Contexto del estudio

¿ Por qué medir los tiempos en el comercio internacional?

¿Por qué medir el tiempo de todo el proceso y no sólo los tiempos de la Receita Federal?

Experiencias anteriores



Time Release Study de la OMA

01 ¿Qué es el ETL?

02 Relación con el Acuerdo de Facilitación del Comercio



Estudio de tiempos

Medición de los tiempos de liberación de la carga



Disposición del AFC

Artículo 7.6.1

Fases del estudio - Metodología del ETL de la OMA



Definiciones sobre el ETL - Brasil

Total de declaraciones
de importación,
objeto de este estudio:
262,787



Definiciones sobre el ETL - Brasil

Periodo de datos:
junio y julio/2019



Alcance
Importación



Obtención de
información en los
sistemas



En los tres modos de
transporte:
aéreo, marítimo y
terrestre

Tiempos medios obtenidos



5,8 días

Mediana = 3,9 días



9,7 días

Mediana = 7,5 días



2,3 días

Mediana = 1,7 días



Tiempo medio



Llegada del vehículo
de transporte

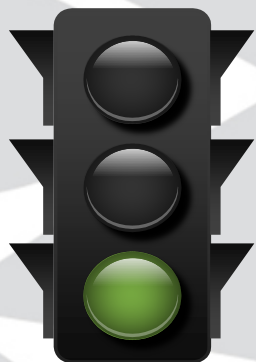
levante de la carga al
importador



7,4 días

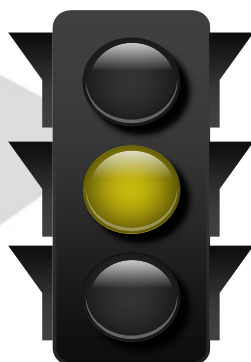
Mediana = 5,5 días

Tiempo medio nacional por canal



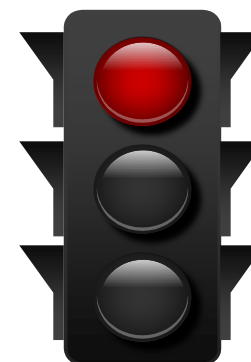
7,06 días

97,68%*



27,24 días

0,51%*

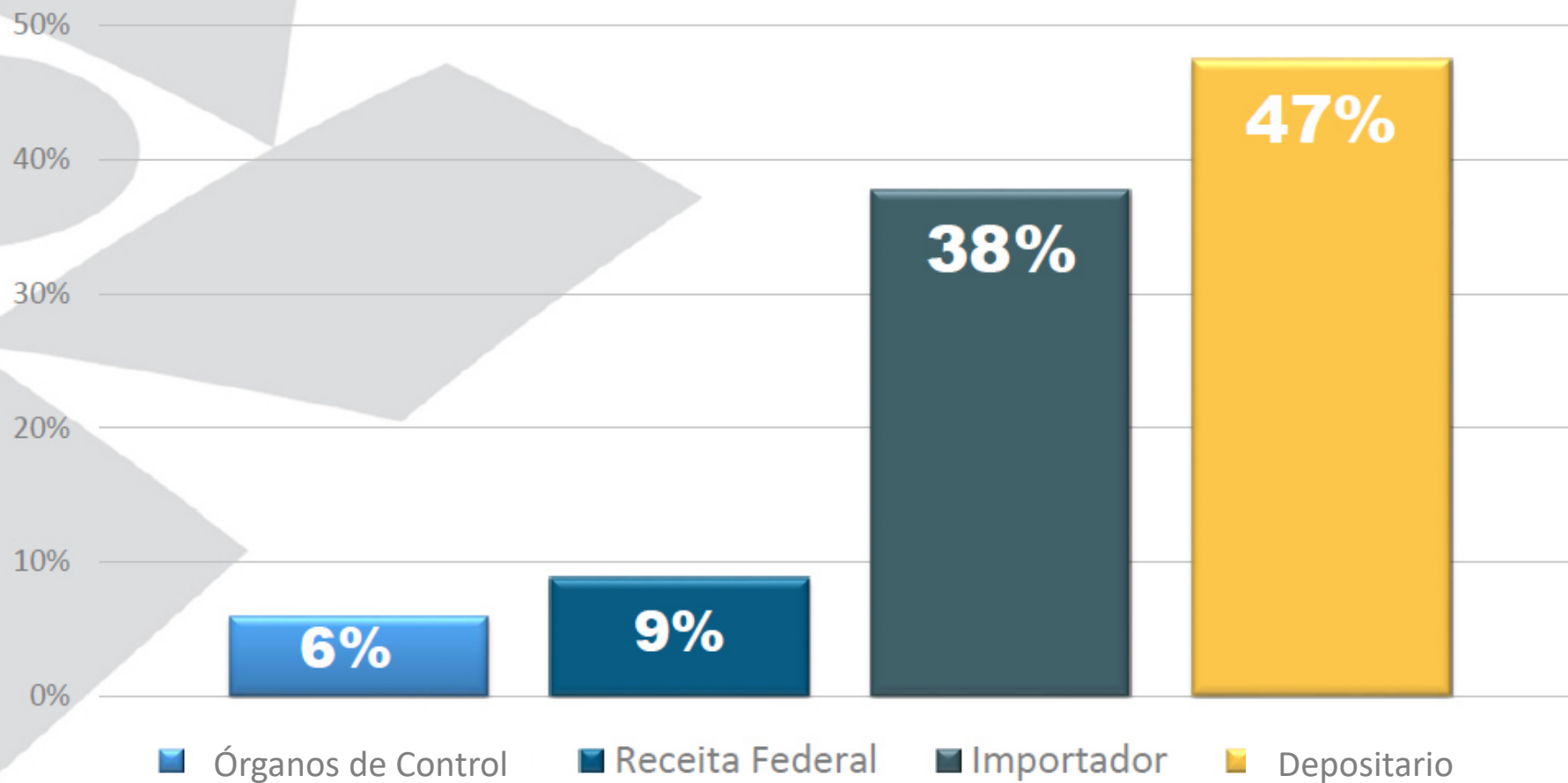


20,91 días

1,82%*

* Porcentaje sobre el total de las declaraciones de importación del estudio.

Porcentaje de tiempo por parte responsable - nacional



Flujos y etapas estudiados

Fluxo 01

Verde sin LI
87,25%

Fluxo 02

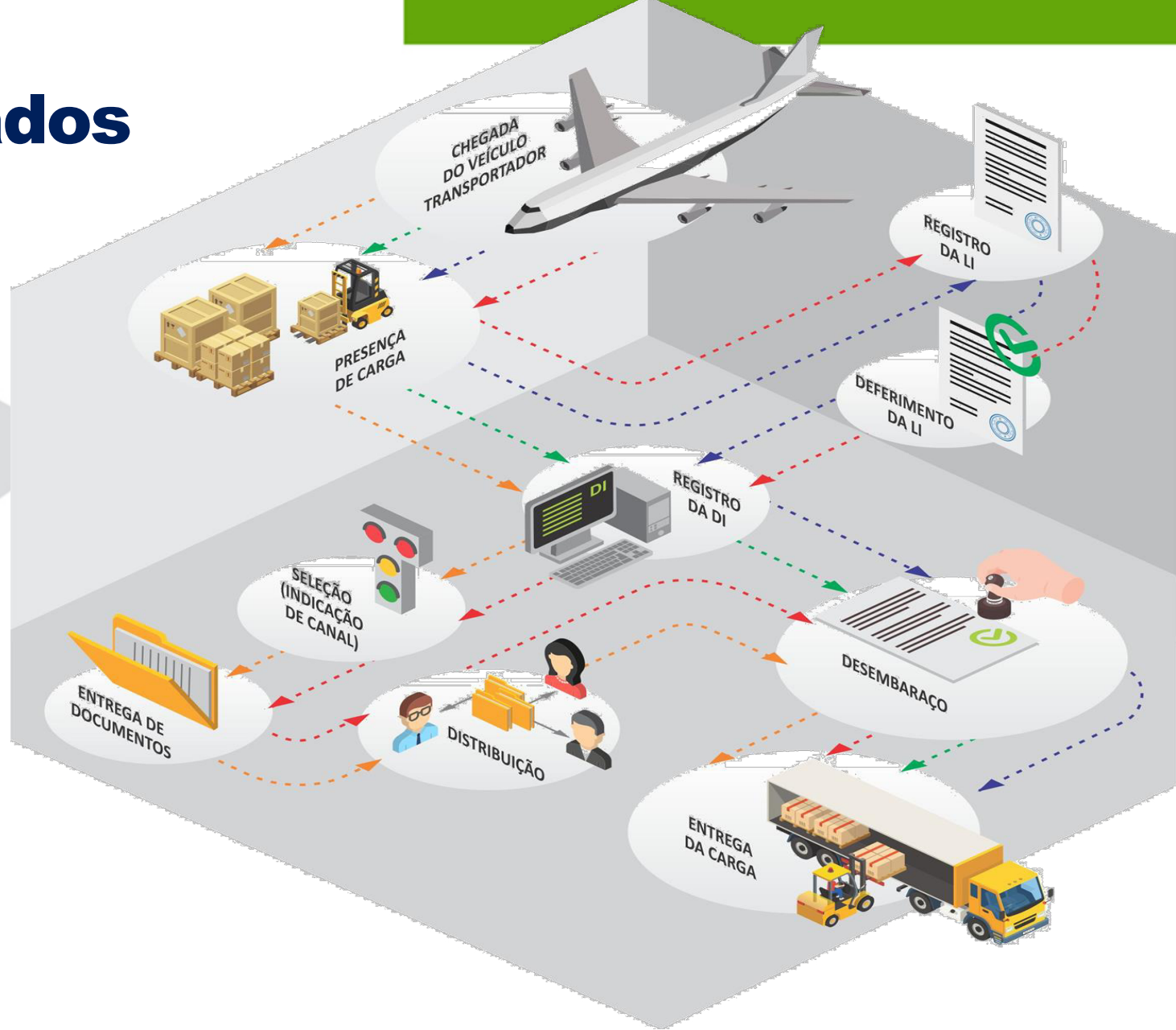
Verde con LI
10,42%

Fluxo 03

Amarillo/rojo sin LI
2,05%

Fluxo 04

Amarillo/rojo con LI
0,24%



Registro da DI

Modo Marítimo

Mín 45,2h

Máx 134,7h

198% VARIACIÓN

Modo Terrestre

Mín 7,4h

Máx 52,9h

613% VARIACIÓN



Modo Aéreo

Mín 30,7h

Máx 171,9h

460% VARIACIÓN

Entrega de Documentos

Etapas pertencientes a los flujos 3 y 4

Porcentaje de representatividade de este tiempo en el flujo de los tiempos totales: alrededor del 10% del tiempo en el flujo 3 y el 5% en el flujo 4

Modo Marítimo

Media 38,06h



Modo Aéreo

Media 58,14h

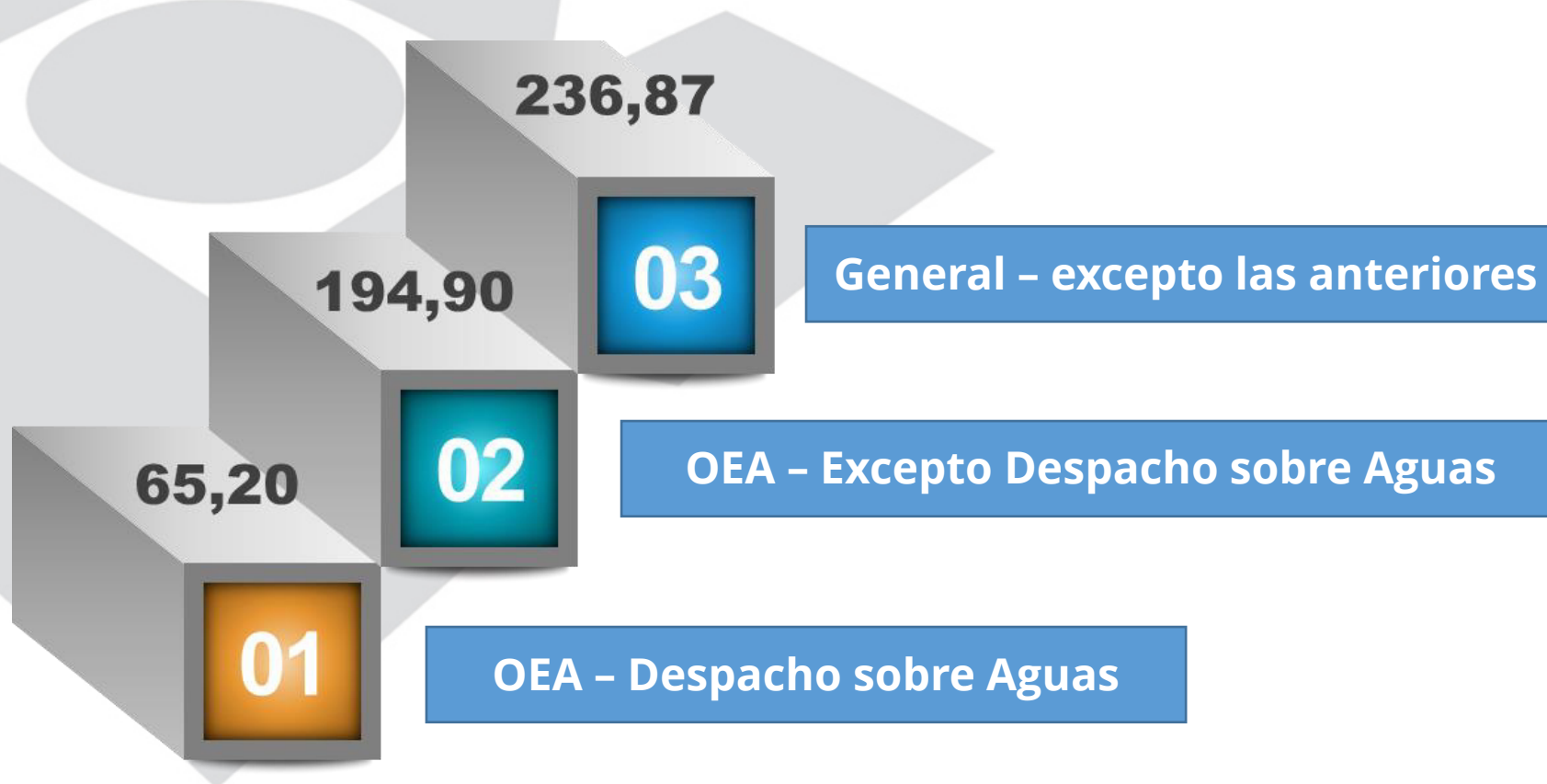
Modo Terrestre

Media 18,28h



Operador Econômico Autorizado

Marítimo - Comparación entre modalidades de despacho
Tiempo medio (en horas)



- ✓ Los datos son relativos al modo marítimo, donde se permite la modalidad de Despacho sobre Aguas
- ✓ Despacho sobre Aguas: sólo se permite la importación con licencia antes de la llegada de la carga

Soluciones em Desenvolvimento

01

Nuevo control de carga aereo

02

Registro previo de las declaraciones de importación

03

Gestión de riesgo previo y coordinado

04

Paralelismo entre los controles, con una ventanilla única de inspección



05

Pago centralizado de tributos al comercio exterior

06

OEA Integrado

07

Simplificación del marco normativo

Recomendaciones del estudio



Apoyar la finalización de las soluciones en desarrollo



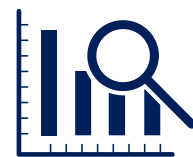
Elaborar un ranking de agentes de aduanas y recintos de almacenamiento



Armonizar los procedimientos y compartir las mejores prácticas



Simplificar los procesos de devolución de impuestos, desvincular el pago



Estudiar los casos de obligatoriedad de adjuntar documentos



Ampliar el horario y los días de funcionamiento de los equipos de GR con el fin de analizar y liberar las DI



Ampliación del ámbito de aplicación del futuro ETL



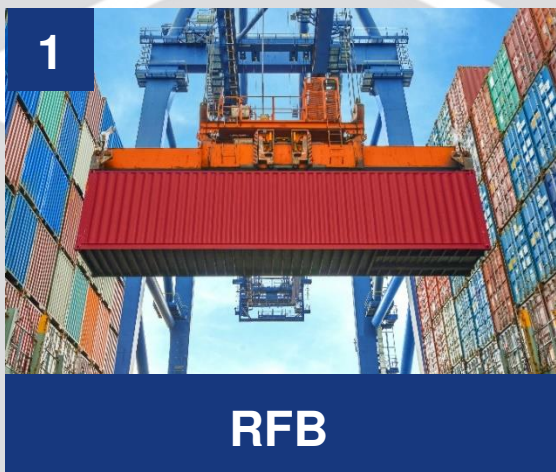
Conclusiones y recomendaciones del ETL



Plan de Acción del
Comité Nacional de Facilitación del Comercio
(CONFAC)



Fortalecimiento de las Comisiones Locales de Facilitación del Comercio



Receita Federal
Es la coordinadora.



Ministerio de
Agricultura, Ganadería y
Abastecimiento (Mapa)



Agencia de Vigilancia
Sanitaria



PERMANENTES: representantes
de Importadores; Exportadores y
Depositarios.

OTROS:
organizaciones publicas y
privadas.



Receita Federal

*Muchas
Gracias!*



Alexandre Zambrano
Coordinación-General de Administración Aduanera
alexandre.zambrano@rfb.gov.br

Mobilidade Elétrica





COMISIÓN DE INTEGRACIÓN
ENERGÉTICA REGIONAL

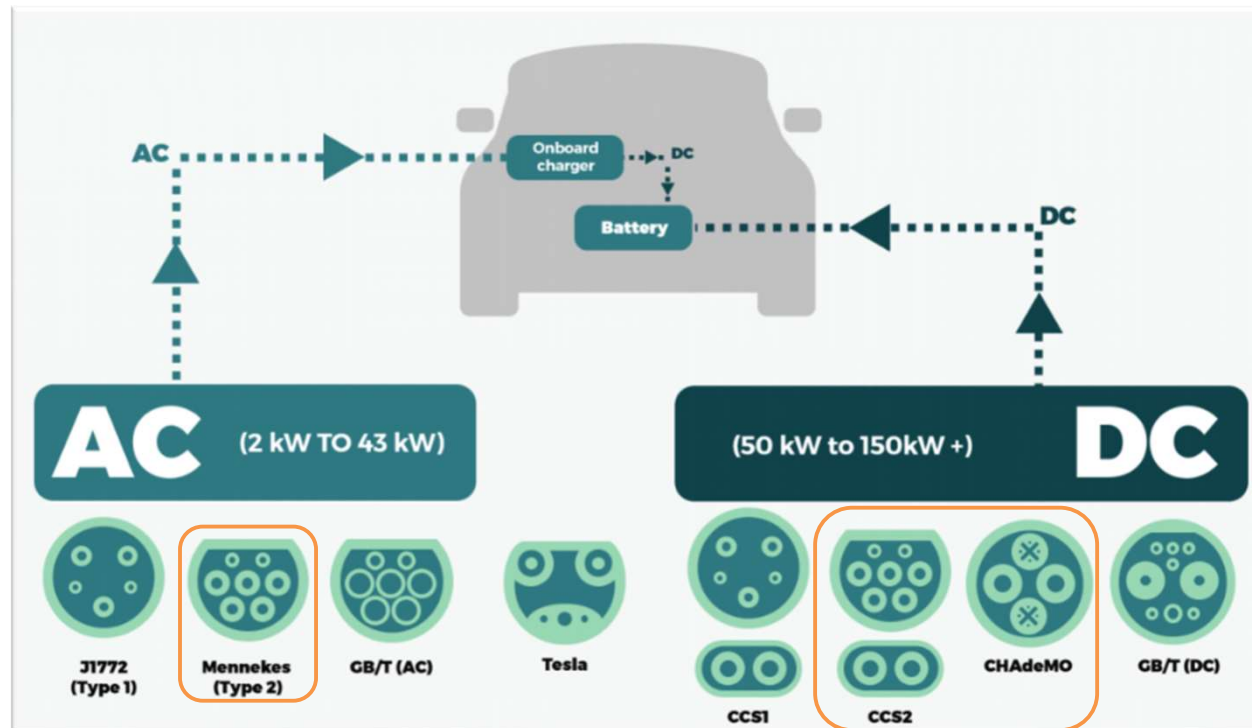
Planejamento 2021
Planificación 2021

MOBILIDADE ELÉTRICA GT CONE SUL *MOVILIDAD ELÉCTRICA GT CONO SUR*

Reunião <i>Reunión</i>	Tema Principal <i>Tema Principal</i>
06/05/2021 Maio <i>Mayo</i>	1 Estudo de legislações e Normas Técnicas de cada país e localidades. <i>Estudio de legislación y Normas Técnicas de cada país y localidades.</i>
16/06/2021 Junho <i>Junio</i>	2 Possibilidade de padronização das estações de recarga. <i>Posibilidad de estandarización de estaciones de carga.</i>
18/08/2021 Agosto <i>Agosto</i>	3 Estudo de bilhetagem. <i>Estudio de venta de entradas.</i>
13/10/2021 Outubro <i>Octubre</i>	4 Localização dos pontos necessários para viabilizar a interligação. <i>Ubicación de los puntos necesarios para viabilizar la interconexión.</i>
10/11/2021 Novembro <i>Noviembre</i>	5 Avaliação de recursos necessários para implantação. <i>Evaluación de los recursos necesarios para la implementación.</i>
08/12/2021 Dezembro <i>Diciembre</i>	6 Workshop de resultados. <i>Workshop de resultados.</i>



Mobilidade Elétrica



Tipos de Estações de Recarga



ABB Terra 53 CJG – 8 estações

- Potência total de 98kW, tensão de entrada 380 VCA
- Conexões
 - CA 43 kW Mennekes
 - CC ChaDeMo 50 kW
 - CC CCS tipo 2 50 kW
- Recarga simultânea de dois veículos (1 CA + 1 CC)



Tipos de Estações de Recarga



Schneider Electric EVH2S22P04K 1 estação

- Potência total de 22 kW cada, 380 VCA
- Conexões
 - CA 22 kW Mennekes



Eletrovia Copel: Paranaguá – Foz do Iguaçu

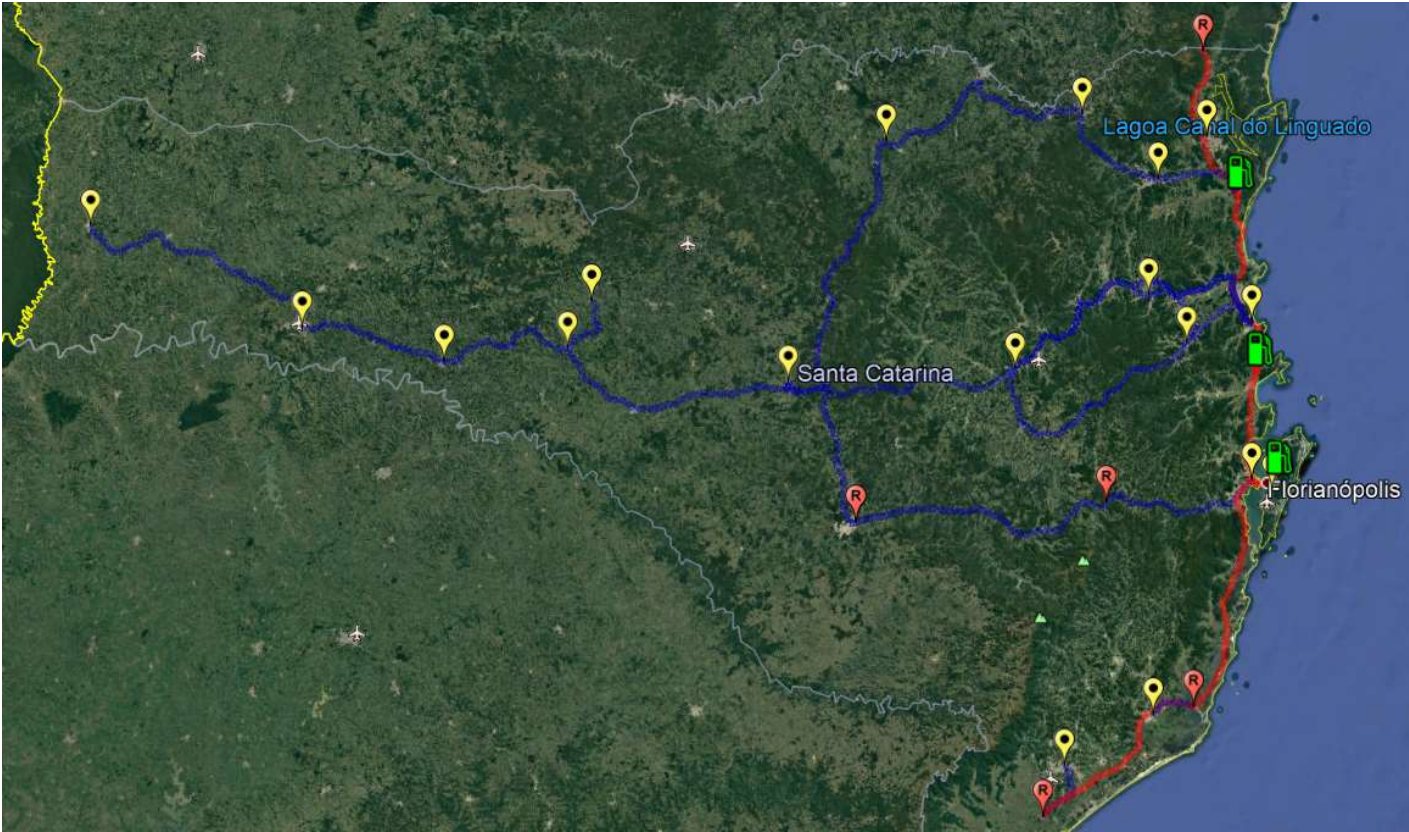


Implantada em 2019
12 estações de Recarga
730 km de percurso
R\$ 5,5 milhões investidos

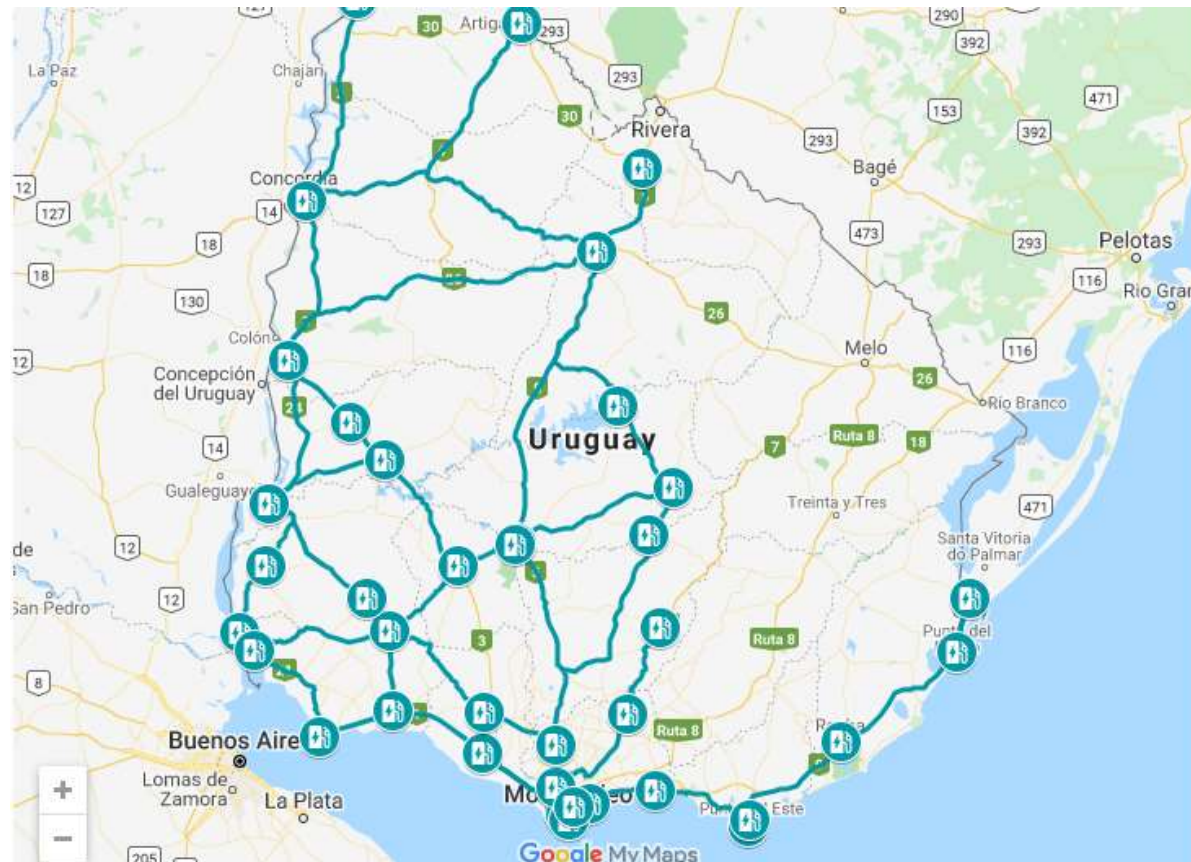
2019 – 330 recargas
2020 – 600 recargas
2021 – 1150 recargas
(até 24/06/2021)



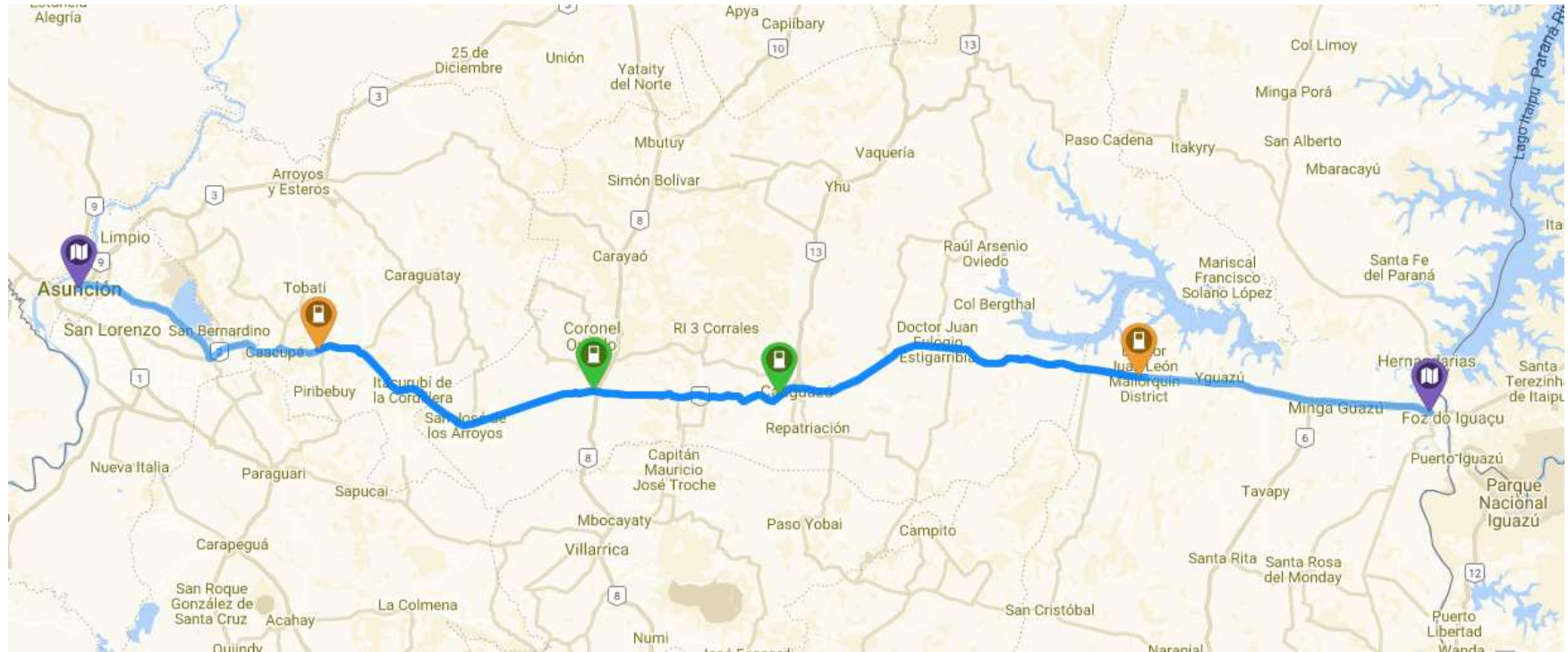
Eletrovias CELESC



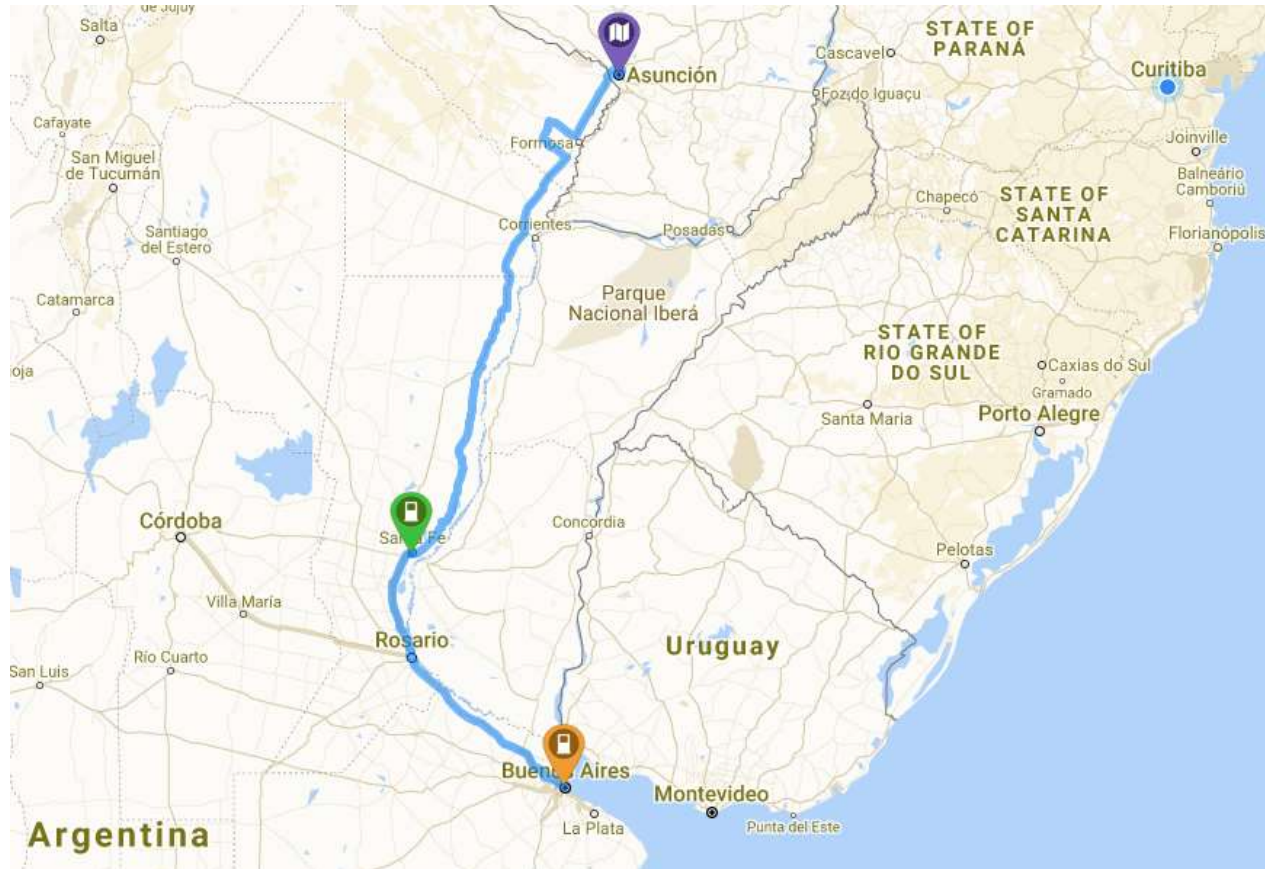
Eletrovias UTE Uruguai



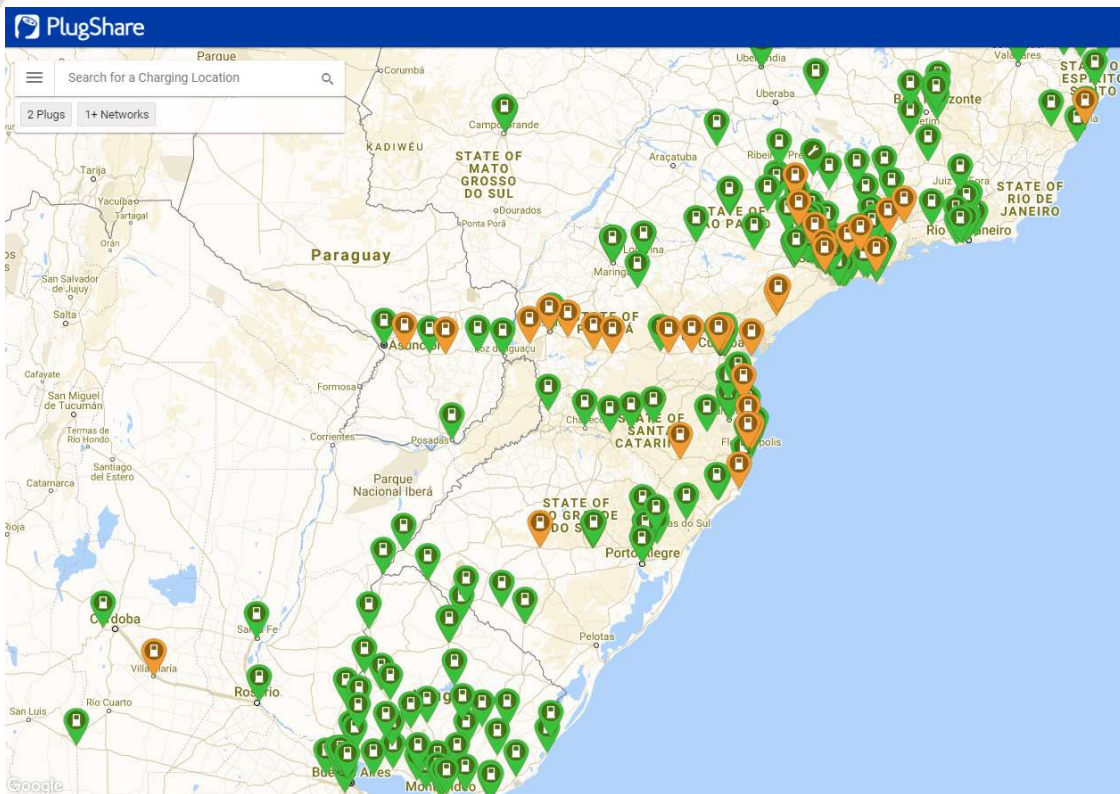
Eletrovias del Mercosur – ANDE Paraguay



Eletrovias del Mercosur – Argentina



Rotas de Interligação



- Padronização de conector elétrico
- Rede de recargas em franca expansão
- Indefinição de modelo de negócio para recarga de veículos
- Novas rotas interligando países vizinhos

Fim

Rodrigo Braun dos Santos

rodrigo.braun@copel.com



www.copel.com



[/company/copel](https://www.linkedin.com/company/copel)



[/copel](https://www.facebook.com/copel)



[/copel](https://www.youtube.com/copel)



[@copelatendevoce](https://twitter.com/copelatendevoce)





PRF

LX Reunião Ordinária do MERCOSUL

SGT-5 - Transporte do MERCOSUL



72.337 km
de rodovias federais

16.886 Km
de fronteira

4ª Maior
malha rodoviária do mundo

60%
de todas as cargas

80%
do PIB



PRF Brasil

10.880
Policiais

27
Superintendências

150
Delegacias

363
UOPs

1.697
Municípios (30%)

Aeronave

15 Asa Rotativa
01 Asa Fixa

Cinotecnia

61 binômios

Escâneres

05 + 09
equipamentos

Motocicletas

+ 500
equipamentos

Blindados

VBOT
Blindados leves
Blindados pesados
Blindados Choque

ATUAÇÃO DA PRF:

Capilaridade estratégica para produção de dados

Comunicação imediata em todo Brasil

Possibilidade de ação uniforme em UF diferentes

Monitoramento constante

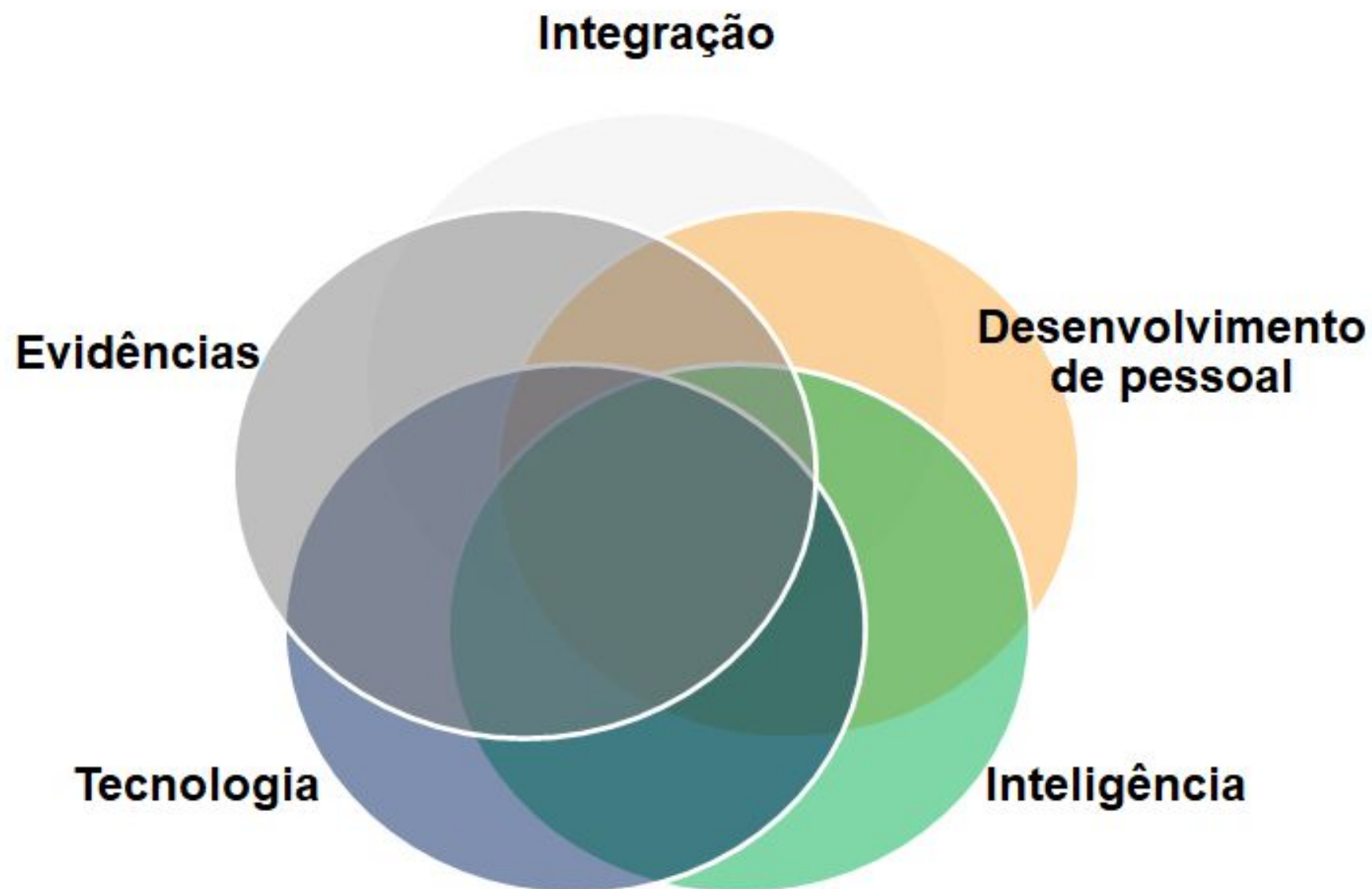
Sistemas que reduzem a aleatoriedade das abordagens

Imediata capacidade de mobilização

Tempo de resposta nas ocorrências (crime, interdição, acidentes...)



POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - DIRETRIZES



POLICIAMENTO DIRECIONADO POR INTELIGÊNCIA



BAT



Boletim de Acidente de Trânsito

BOP



BOP

Sistema para Confeções de Boletins de Ocorrências

PDI

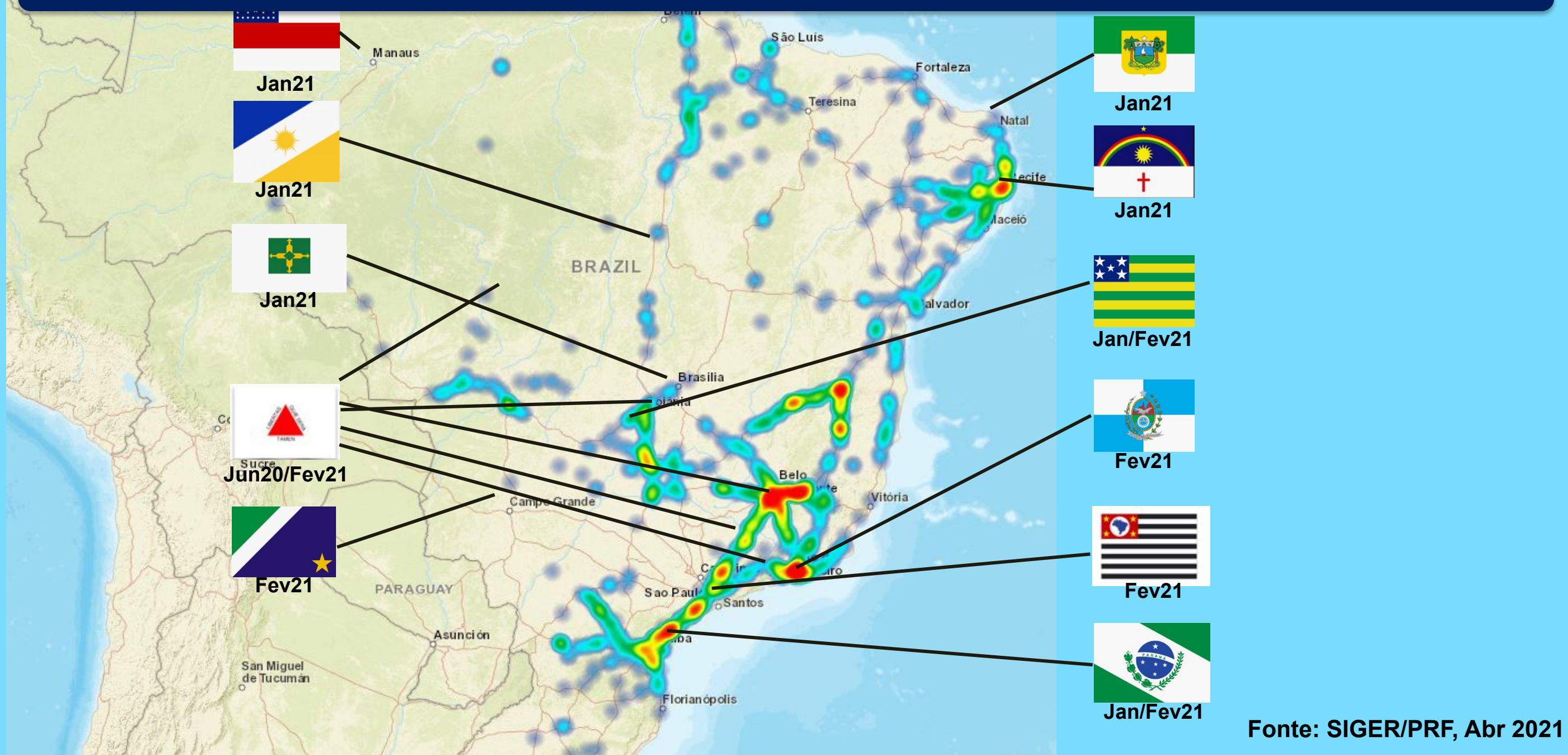


Parte Diária

Operação Temática de Combate aos Crimes Contra o Fisco e Delitos de Carga - OTEFIS/CARGA – São Paulo



Roubo de Cargas / Operações PRF em Rodovias Federais – 2020/21



Fonte: SIGER/PRF, Abr 2021

**ACOMPANHAMENTO
EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**

Roubo de Cargas Brasil - Comparativo



Fonte: PRF (adaptado de MJSP, FBSP e empresas TRC)

Roubo de Cargas Brasil - Comparativo



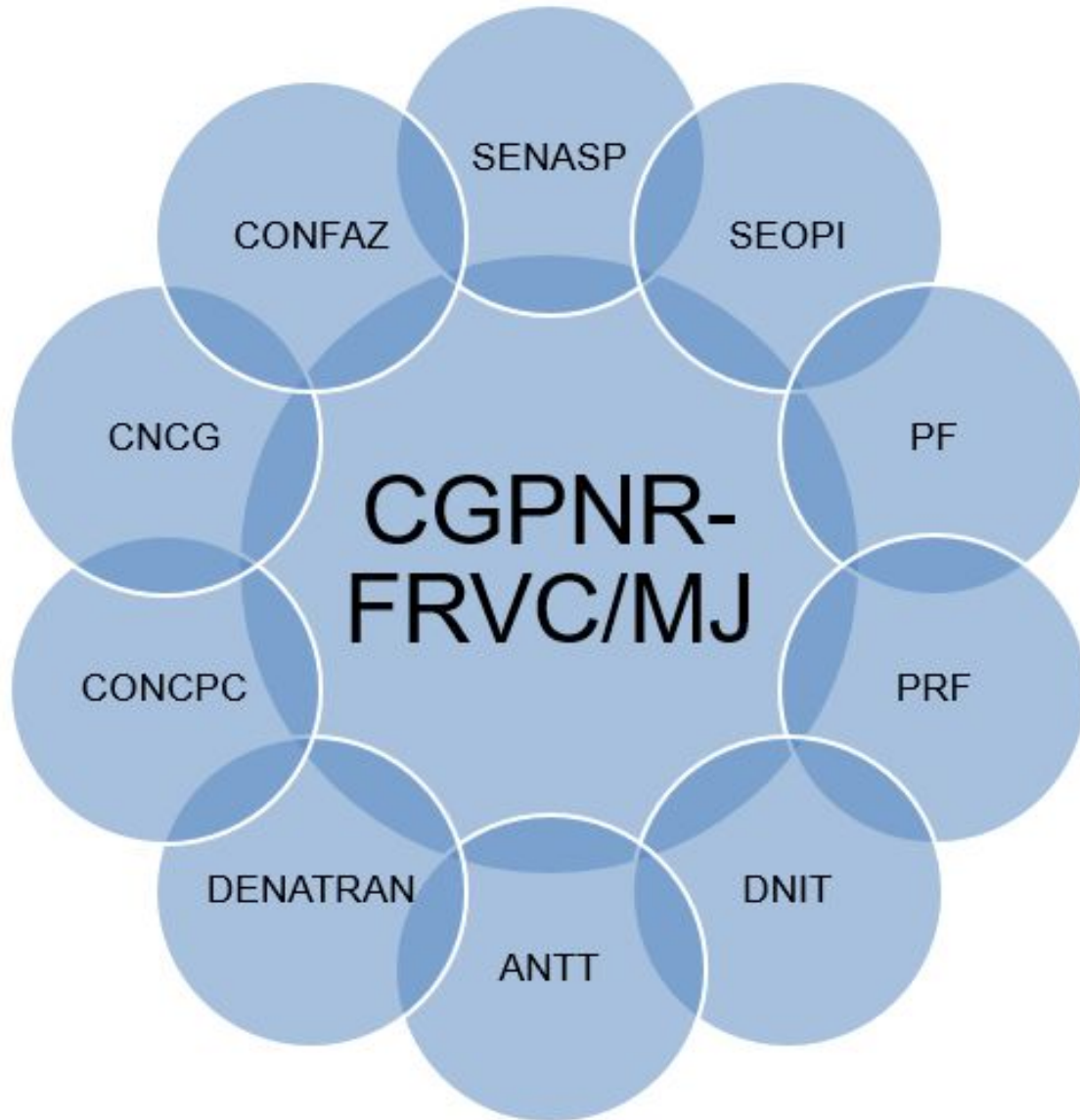
De 2017 para 2020:

REDUÇÃO DE 48,58%

Misto Privado Públicos

Fonte: PRF (adaptado de MJSP, FBSP e empresas TRC)

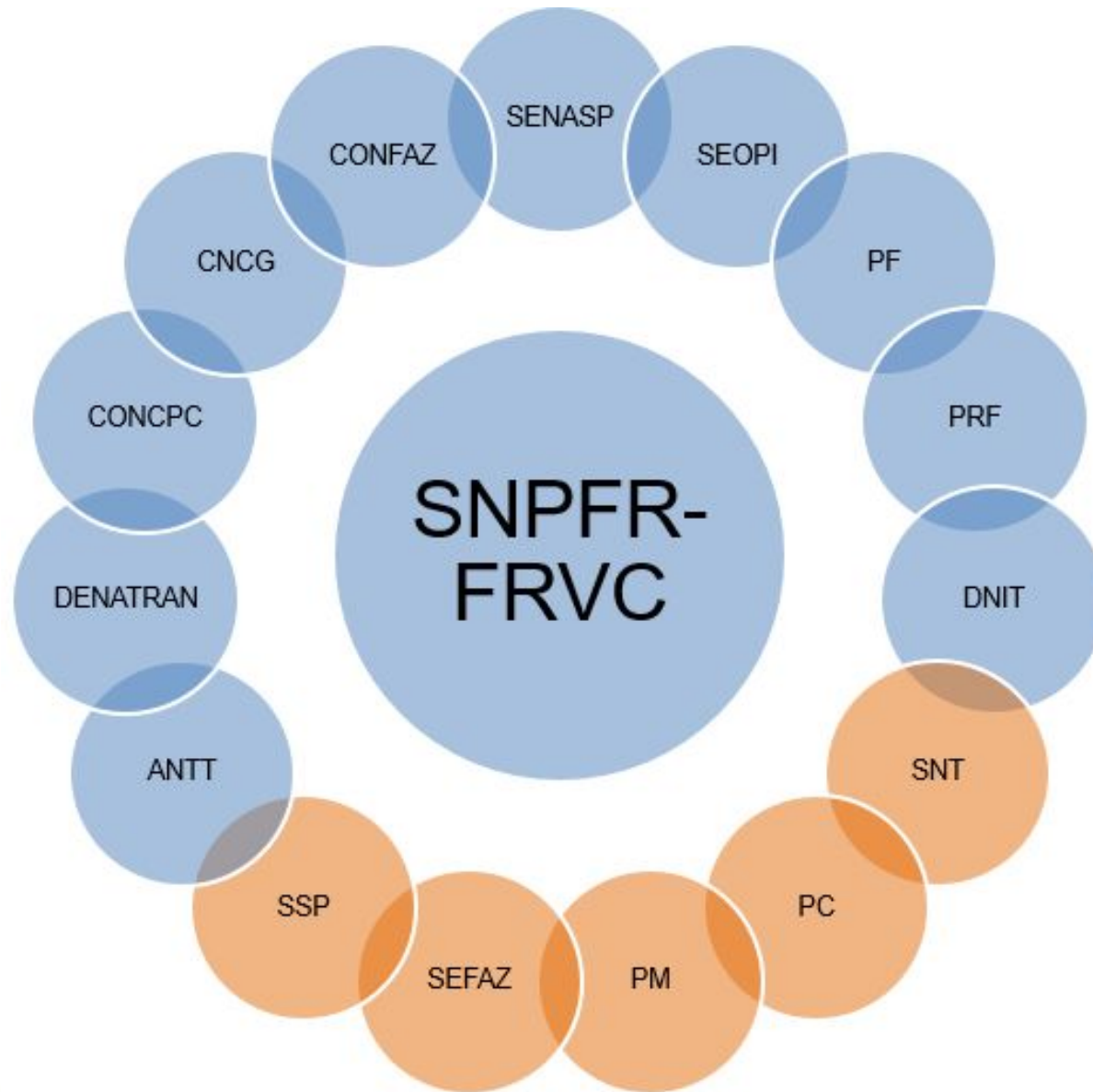
NÍVEL ESTRATÉGICO – PRF PRESIDE E INTEGRA



Comitê Gestor da Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas (Decreto 8614/15 e alterações)



ÓRGÃOS DO SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO AO FURTO E ROUBO DE VEÍCULOS E CARGAS – COORDENADO PELO COMITÊ



Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ministério da Infraestrutura

Conselho Nacional Chefes de PC

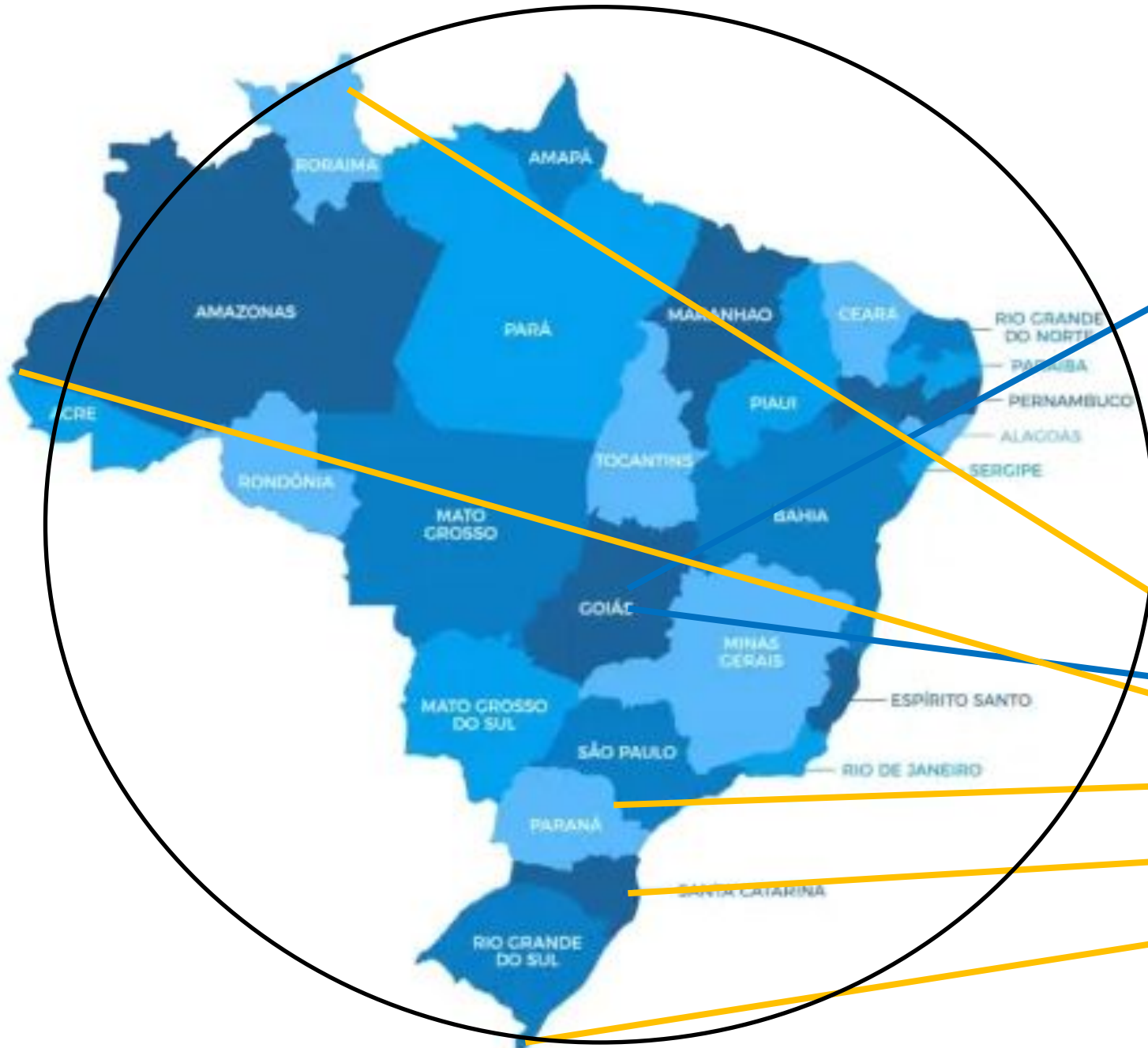
Conselho Nacional de Cmt Gerais

Ministério da Economia

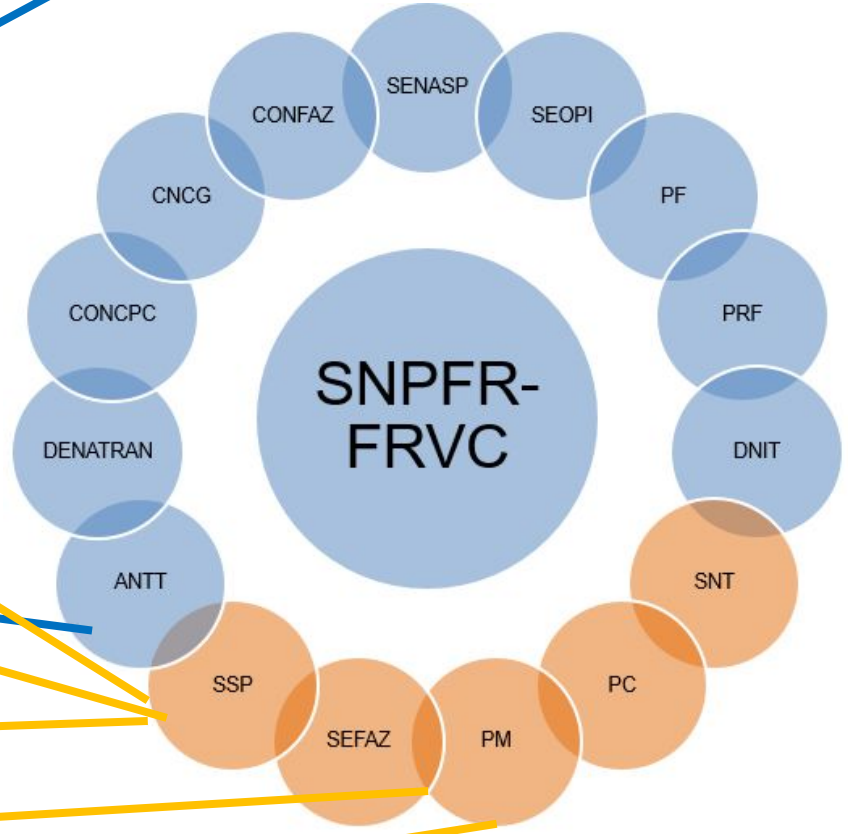
Secretarias de Segurança Pública (UF)

Secretarias de Fazenda (UF)

Sistema Nacional de Trânsito



GOVERNO FEDERAL

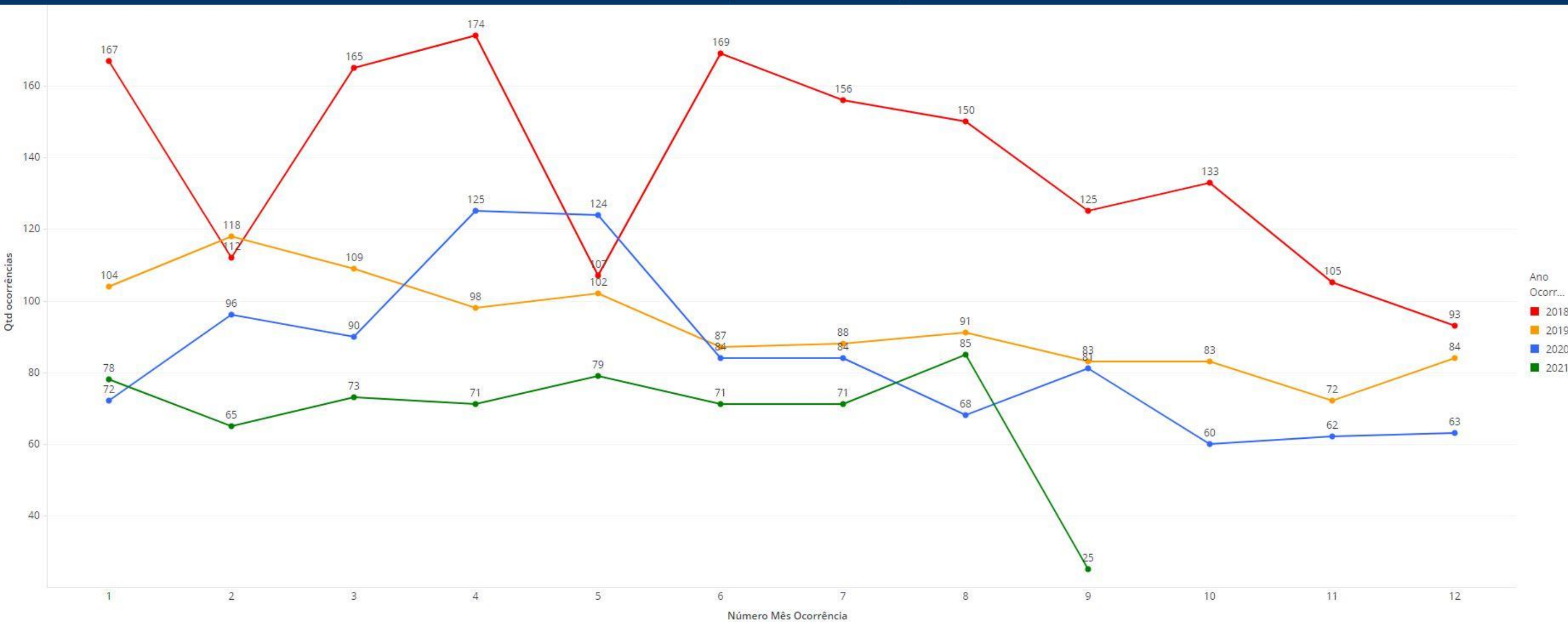


GOVERNOS ESTADUAIS

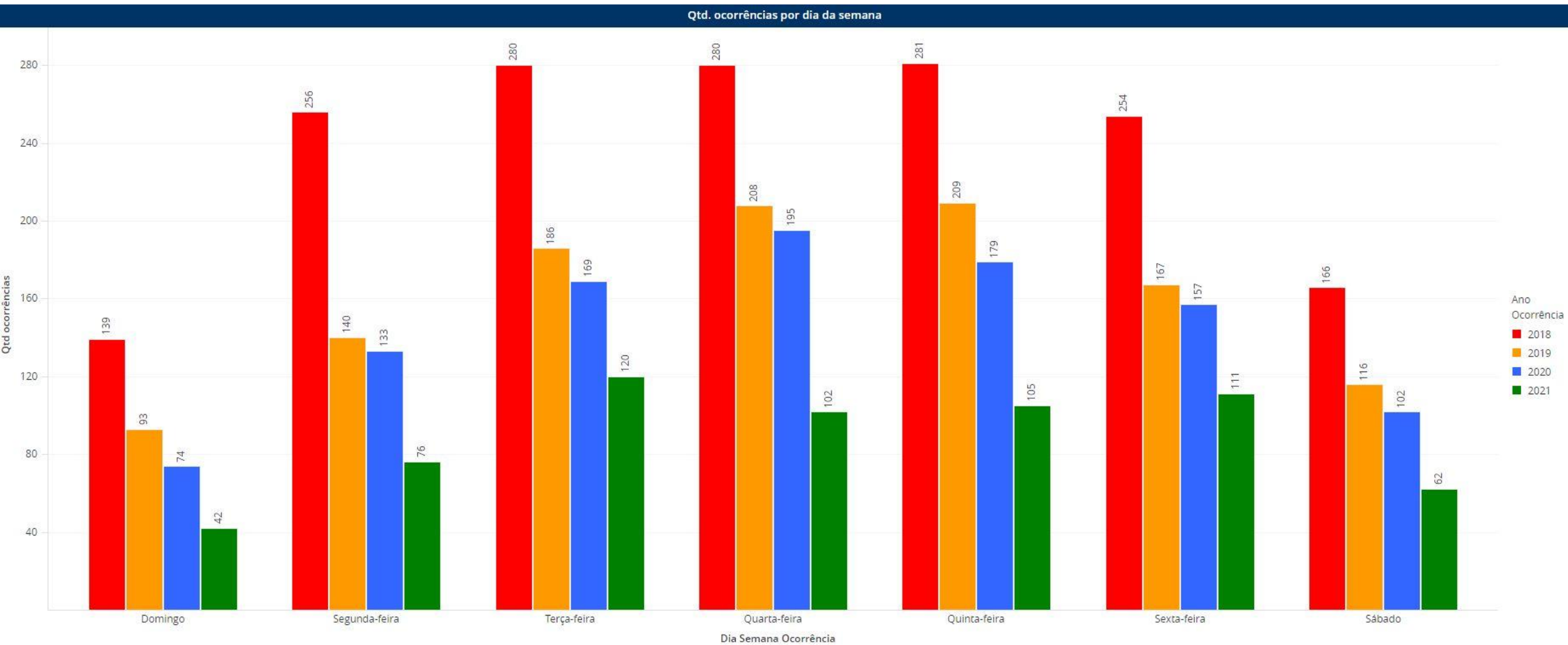
DADOS EM RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL

ROUBO DE CARGAS EM RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL

Roubo de Carga em Rodovias Federais - Evolução

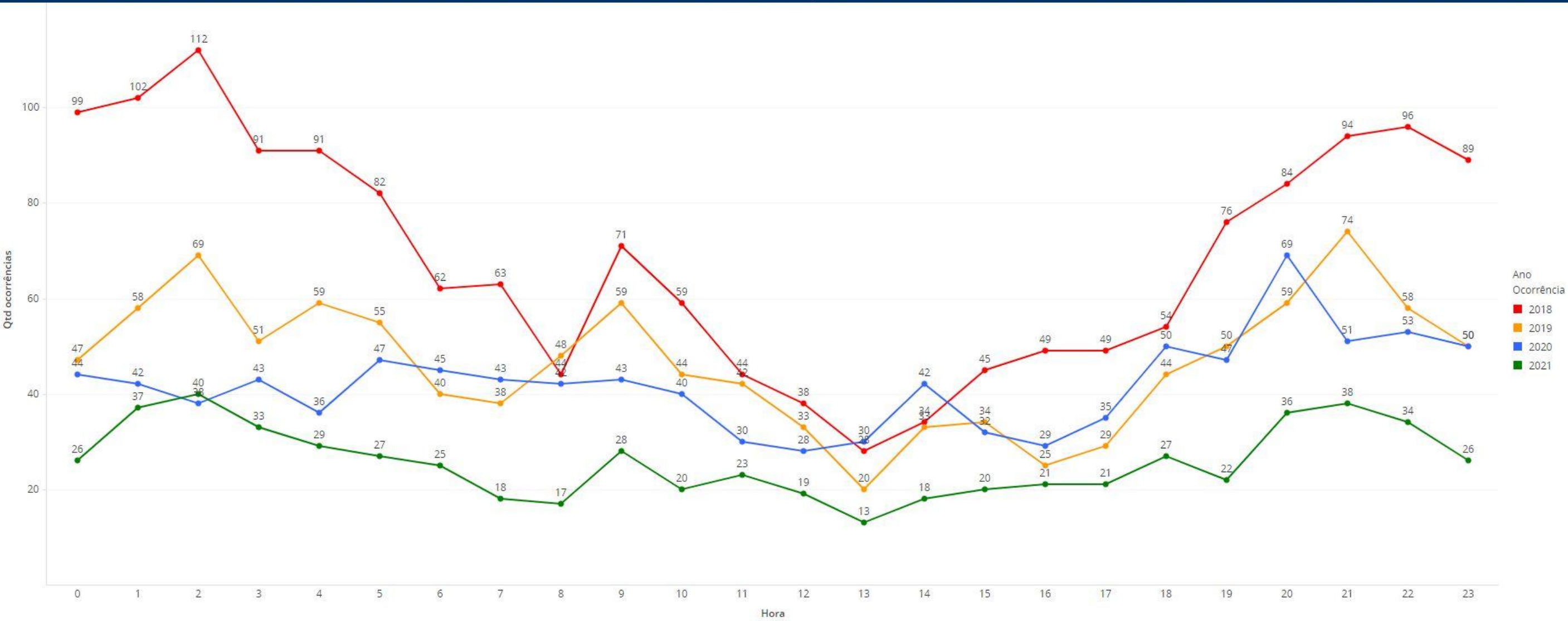


ROUBO DE CARGAS EM RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL



ROUBO DE CARGAS EM RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL

Qtd. ocorrências por hora



ATUAÇÃO DA PRF:

SEGURANÇA VIÁRIA

ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE

ESCOLTA DE TRANSPORTES ESSENCIAIS



G1

DISTRITO FEDERAL

Q BUSCAR

PRF escolta caminhoneiros 'acuados' que querem sair de protestos no DF

Corporação diz que motoristas se sentiram coagidos; origem da intimidação não foi divulgada. Grupo deve ser levado a Brasília ou Cristalina (GO).

Por G1 DF

29/05/2018 15h21 - Atualizado há 2 anos



COMBATE AOS DELITOS DE CARGA



Destaque regional Furto e roubo de veículos Minas Gerais VIII

GAEGO/MG, PRF, PMMG e PCMG desencadeiam a Operação CARGA PESADA na região da Zona da Mata Mineira



ROUBO DE CARGAS: PRF PRENDE 10 SUSPEITOS EM AÇÕES NA VIA DUTRA

DESINTERDIÇÃO DE RODOVIAS

BRAZIL 17 DE AGOSTO DE 2020 / 8:37 PM / UPDATED HACE 3 MESES

Indígenas bloqueiam BR-163 no Pará; Justiça determina reintegração de posse

By Lucas Landau, Nayara Figueiredo

5 MIN READ



PROTESTOS

Choque da PRF reage a fogo para bloquear rodovia na greve geral

Publicado em 14/06/2019 - 19h26min.



Capa > Destaques > Após negociação, PRF libera BR-364 bloqueada por professores

Destaques Notícias Manchete Mato Grosso

FIM DO BLOQUEIO

Após negociação, PRF libera BR-364 bloqueada por professores

Da assessoria

25 de junho de 2019, 10:59



PRF



PRF

P. GUEDES – Policial Rodoviário Federal
Chefe do Serviço de Mobilidade, Logística e Interfaces Modais
Vice-Presidente do Comitê Gestor da Política Nacional de
Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas

paulo.guedes@prf.gov.br

(61) 2025-6911

(21) 99757-7541

SGT N° 5 “TRANSPORTE”

PROGRAMA DE TRABAJO DEL PERÍODO 2021-2022

aprobado en la LV Reunión Extraordinaria del GMC

OBJETIVO GENERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	Tarea o Actividad (negociación, implementación, diagnóstico, seguimiento)	Tipo (Específica – Permanente)	Origen (órgano decisorio- iniciativa propia)	PRIORIDAD (normal, alta o urgente)	Fecha de conclusión estimada
	Mantener armonizadas las reglamentaciones de los Estados Partes en materia de transporte terrestre de mercancías peligrosas con normas y procedimientos practicados internacionalmente.	Acuerdo para la Facilitación del Transporte de Mercancías Peligrosas en el MERCOSUR (Dec. CMC N° 15/19) Implementación: Requisitos para elaboración de las fichas de emergencia.	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2021
		Implementación: Armonización de los procedimientos de control del transporte terrestre de mercancías peligrosas.	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2021
		Implementación: Actualización de la cartilla informativa sobre transporte terrestre de mercancías peligrosas.	Específica	SGT N° 5	Alta	Julio 2022
		Implementación: Reglamento para el control periódico de cisternas y equipamiento de transporte a granel de mercancías peligrosas.	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022

	Mantener armonizadas las reglamentaciones de los Estados Partes en materia de pesos y dimensiones de vehículos de transporte terrestre.	Reglamentación de Pesos y Dimensiones de Vehículos de Transporte Terrestre	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022
Negociación: Uso de neumáticos tipo superanchos en ejes delanteros de ómnibus.		Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022	
Negociación: Revisión de la Res. GMC N° 65/08.		Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022	
		Negociación: Propuesta sobre Ómnibus MERCOSUR.	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022
	Mantener armonizadas las reglamentaciones de los Estados Partes en materia de inspección técnica vehicular.	Principios Básicos de Inspección Técnica Vehicular.	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022
	Compartir información del transporte de pasajeros y carga.	Integración de la información del transporte de pasajeros y carga	Específico	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022
		Implementación: Integración de información sobre permisos originarios y complementarios de transporte de cargas y su actualización permanente de flota en base a <i>Webservices</i> .				
		Implementación: Integración de información sobre permisos originarios y complementarios de transporte de pasajeros y su actualización permanente de flota en base a <i>Webservices</i> .	Específico	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022

	Armonizar los procedimientos de fiscalización del transporte carretero internacional.	Procedimientos de Fiscalización del Transporte Carretero Internacional. Negociación: Elaboración de un manual armonizado que incluya los aspectos esenciales para los procedimientos de fiscalización (Res GMC N° 34/19).	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022
		Implementación: Lista de pasajeros remitida vía web.	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022
	Facilitar la identificación electrónica de vehículos comerciales.	Identificación electrónica de vehículos comerciales del ámbito de aplicación del ATIT. Diagnóstico: Evaluación de la incorporación del uso de tecnología RFID para la identificación de vehículos comerciales del ámbito de aplicación del ATIT.	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022
	Implementar limitadores de velocidad en vehículos comerciales.	Reglamento Técnico MERCOSUR de Limitadores de Velocidad (Resolución GMC N° 35/19). Negociación: Acuerdo sobre el uso de limitadores de velocidad en vehículos de transporte por carretera.	Específica	SGT N° 5	Alta	Diciembre 2022
	Promover el transporte marítimo.	Transporte marítimo en el MERCOSUR.	Permanente	SGT N° 5	Normal	-----

		<p>Negociación: Actualización e intercambio de información sobre la materia.</p> <hr/> <p>Negociación: Seguimiento de las negociaciones internas y externas en curso del MERCOSUR.</p>				
	Desarrollar y fortalecer el transporte ferroviario.	<p>Transporte ferroviario en el MERCOSUR</p> <p>Negociación: Diversos temas correspondientes a la materia: -Actualización del Capítulo III del ATIT: apoyo de los trabajos en el marco de la ALADI.</p>	Específico	SGT N° 5	Normal	Julio 2022

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
RESOLUÇÃO Nº 5.875, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no âmbito do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Revogada tacitamente Resolução 5893/2020/DG/ANTT/MI

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em exercício, no uso de suas atribuições, fundamentado no artigo 81 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 5.810, de 03 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.026254/2020-47;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, resolve:

Art. 1º Suspender a aplicabilidade da alínea "e", do inciso I, e das alíneas "d", "h" e "i", do Inciso III, do artigo 1º da Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003.

Art. 2º Desconsiderar os dados do Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros - MONITRIIP, recebidos durante a vigência desta Resolução, para fins de definição dos níveis de implantação previstos no artigo 3º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 3º Suspender a prestação do serviço de transporte rodoviário internacional de passageiros, regular, sob regime de fretamento, e semiurbano em região de fronteira, realizada por empresas brasileiras e estrangeiras.

Art. 4º Ficam as transportadoras obrigadas a realizar a sanitização da frota de veículos, assim considerada como o conjunto de procedimentos que visam a manutenção das condições ambientais adequadas, por métodos que eliminem e impeçam a proliferação de vírus, bactérias, fungos, ácaros e microrganismos nocivos à saúde, conforme regulamentação da autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. A sanitização deverá ser realizada por empresa cadastrada e licenciada pelo órgão de vigilância sanitária competente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada por igual período.

MARCELO VINAUD PRADO

D.O.U., 18/03/2020 - Seção 1

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.893, DE 2 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 052, de 28 de maio de 2020, no que consta do Processo nº 50500.026254/2020-47 e considerando o disposto na Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020 e no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Estabelecer as medidas a serem adotadas no âmbito dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus, responsável pelo Covid-19.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º As empresas operadoras de serviços de transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros deverão observar as seguintes medidas:

I - aplicação das orientações do Guia Sanitário de Veículos Terrestres nº 18/2019 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que descreve medidas e ações para limpeza e desinfecção dos veículos, em especial aquelas sobre o controle de qualidade dos ambientes climatizados e controle de vetores, bem como dos requisitos a serem seguidos pelas empresas de transporte em resposta a eventos de saúde pública ocorridos a bordo dos veículos e sua notificação a autoridade de saúde brasileira;

II - adotar cuidados para prevenção da propagação do vírus entre os passageiros no interior dos veículos, observadas normas de órgãos competentes; e

III - instruir, a cada viagem, os passageiros acerca das medidas básicas sobre higienização e cuidados a serem adotadas para prevenção contra a Covid-19, disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Transportes Terrestres. *(Acrescentado pela Resolução 5894/2020/DG/ANTT/MI)*

Parágrafo único. Em veículos sem sistema de climatização, recomenda-se que as janelas permaneçam abertas durante a viagem.

Art. 3º As operadoras poderão adotar estratégias de modo a minimizar o contato entre os passageiros no veículo.

Parágrafo único. As estratégias utilizadas pelas operadoras deverão ser divulgadas aos usuários.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS

Art. 4. A prestação dos serviços de transporte coletivo rodoviário internacional de passageiros, regular, semiurbano e de fretamento, das empresas brasileiras e estrangeiras que possuem licenças originárias, complementares e ocasionais fica suspensa enquanto houver ato do Poder Executivo restringindo, excepcional e temporariamente, a entrada de estrangeiros no país. *(Redação dada pela*

Parágrafo único. Excepcionalmente, durante a suspensão de que trata o caput, a Agência Nacional de Transportes Terrestres poderá autorizar o transporte de passageiros, com a finalidade de garantir o retorno de brasileiros ou estrangeiros aos seus respectivos países de origem, o transporte de profissionais que atuem em serviços públicos e atividades essenciais, nos termos do Decreto nº 10.282, de 2020 e o deslocamento de pessoas com enfermidades para tratamento de saúde.

CAPÍTULO III

DO SERVIÇO REGULAR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS

Art. 5º (Revogado pela Resolução 5894/2020/DG/ANTT/MI)

Flexibilização da operação

Art. 6º A frequência de viagens definida para cada linha poderá ser reduzida, inclusive abaixo da frequência mínima de que trata o art. 33 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015 .

Parágrafo único. Fica suspenso o caput do art. 34 da Resolução nº 4.770, de 2015 .

Art. 7º Em caráter excepcional, as operadoras podem realizar alterações no esquema operacional sem prévia comunicação à Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Parágrafo único. Ficam suspensas as penalidades previstas nas alíneas "d", "h" e "i" do inciso III do art. 1º da Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003 .

Bilhetes

Art. 8º Fica suspensa a antecedência mínima para venda de bilhetes de passagem de que trata o art. 8º da Resolução nº 4.282, de 17 de fevereiro de 2014 .

Art. 9º (Revogado pela Resolução 5894/2020/DG/ANTT/MI)

Parágrafo único. (Revogado pela Resolução 5894/2020/DG/ANTT/MI)

Monitriip

Art. 10. O nível de implantação II do Sistema de Monitoramento do Transporte Interestadual e Internacional Coletivo - Monitriip, de que trata o inciso II do art. 2º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018 , será apurado da seguinte forma:

I - Nível de implantação II-A:

a) recebimento dos dados do subsistema embarcado igual ou superior a 60% (sessenta por cento) dos prefixos; e

b) recebimento dos dados do subsistema não embarcado igual ou superior a 60% (sessenta por cento) dos prefixos.

II - Nível de implantação II-B: recebimento dos dados fora dos parâmetros estabelecidos no inciso I.

Parágrafo único. Cumpridas as demais exigências regulatórias, serão deferidos novos mercados às transportadoras somente se estas estiverem enquadradas no nível de implantação I e II-A do Monitriip.

Início da operação

Art. 11. Fica suspenso o início de operação de que trata o art. 44 da Resolução nº 4.770, de 2015 , salvo requerimento fundamentado da autorizatária.

Parágrafo único. A análise dos requerimentos de que trata o caput priorizará os pedidos de início de operação para mercados não atendidos por nenhuma operadora.

Art. 12. Fica facultado às empresas solicitar a suspensão do início da operação decorrentes de implantação de seção ou linha, requerida com fundamento na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017.

CAPÍTULO IV

DO SERVIÇO SEMIURBANO

Art. 13. Em caráter excepcional, as operadoras podem realizar alterações no esquema operacional sem prévia comunicação à Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Parágrafo único. Ficam suspensas as penalidades previstas:

I - nas alíneas "d", "h" e "i" do inciso III do art. 2º da Resolução nº 3075, de 2009; e

II - nas alíneas "d", "h" e "i" do inciso III do art. 1º da Resolução nº 233, de 2003.

Art. 14. As empresas operadoras dos serviços de transporte interestadual semiurbano deverão enviar planilha contendo os dados diários de demanda dos serviços operados, consolidados por semana, até 2 (dois) dias após a finalização da semana de referência, conforme modelo e orientações disponibilizados no sítio eletrônico da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Parágrafo único. As empresas deverão manter seus quadros de horários atualizados junto à ANTT, devendo esta atualização ser realizada em até 24 horas após supressão de viagem. *(Acréscitado pela Resolução 5904/2020/DG/ANTT/MI)*

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Art. 15. *(Revogado pela Resolução 5894/2020/DG/ANTT/MI)*

Art. 16. As empresas operadoras dos serviços de transporte ferroviário de passageiros deverão enviar planilha contendo os dados diários de demanda dos serviços operados, consolidados por semana, até 2 (dois) dias após a finalização da semana de referência, conforme modelo e orientações disponibilizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A operadora de serviço rodoviário ou ferroviário interestadual de passageiros que tenha o seu serviço paralisado, por motivo que não tenha dado causa, deverá informar à Agência Nacional de Transportes Terrestres no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 18. Tornar sem efeito os autos de infração emitidos entre o dia 18 de maio de 2020 e a data da vigência desta Resolução, cujas penalidades sejam referentes aos dispositivos:

I - alínea "e" do inciso I e alíneas "d", "h" e "i", do inciso III do art. 1º da Resolução nº 233, de 2003; e

II - alíneas "d", "h" e "i" do inciso III do art. 2º da Resolução ANTT nº 3.075, de 2009.

Art. 19. A inobservância de disposições constantes desta Resolução sujeitará o infrator às penalidades previstas na Resolução nº 233, de 2003, e na Resolução nº 3.075, de 2009.

Art. 20. Fica revogado o art. 5º da Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 30 de novembro de 2020. *(Redação dada pela Resolução 5904/2020/DG/ANTT/MI)*

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

REGISTRO DE COMENTÁRIOS DO SETOR PRIVADO

LX REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA do SGT Nº 5	FORMULÁRIO Nº 01/21 PPTB
--	---

Setor representado	Estado Parte a que pertence	Dados pessoais do representante
CONDESUL	Brasil – Argentina Chile – Paraguai e Uruguai	ABTI e NTC & Logística em representação de todas as entidades parte

TEMA: Apresentação do setor privado

COMENTÁRIO:

Reitera solicitações feitas em reuniões anteriores

Solicita gestão perante organismos competentes para avaliar flexibilização nas restrições sanitárias

Solicita gestão perante as autoridades correspondentes para diminuição de tempos nas fronteiras.


ABTI
Brasil


NTC & Logística
Brasil



**CONSEJO EMPRESARIAL DEL TRANSPORTE DE CARGAS POR CARRETERA DEL
MERCOSUR – BOLIVIA – CHILE**

Brasília – DF, Brasil, 16 de setembro de 2021.

Aos Srs.
Coordenadores Nacionais
do SGT 5 “Transporte” do MERCOSUL

Passado um ano e meio da decretação mundial de pandemia por conta do vírus COVID19, os operadores do transporte rodoviário internacional de cargas demonstraram-se altamente resilientes e extremamente resistentes perante todos os impactos que sofreram por conta das restrições sanitárias impostas que sofreram ajustes com maior grau de complexidade ao longo deste período.

No último semestre do ano passado, Uruguai determinou a exigência de testes RT-PCR para todos os tripulantes que ingressassem no seu território. Mas a universalidade na aplicação, a frequência semanal para coleta e o custo assumido pelo destinatário da carga auxiliou a que os impactos não fossem tão negativos.

Um ano após o início da pandemia, mais precisamente em abril deste ano, quando inicialmente Chile e Peru, e logo depois Argentina determinaram a mesma exigência, apresentação de um teste RT-PCR negativo para ingresso no seu território para todos os tripulantes, o setor, que é considerado uma atividade essencial, foi totalmente atingido, com várias consequências no processo (aumento considerável de tempos, custos e insegurança jurídica, por exemplo).

ARGENTINA – BOLIVIA – BRASIL – CHILE – PARAGUAY - URUGUAY
Rua Bento Martins, 2350 – Uruguaiana/RS – Brasil
Rua Orlando Monteiro, 21 - Vila Maria - São Paulo/SP – Brasil
Presidência pro tempore



**CONSEJO EMPRESARIAL DEL TRANSPORTE DE CARGAS POR CARRETERA DEL
MERCOSUR – BOLIVIA – CHILE**

Considerando o avanço da vacinação em todos os países e, afortunadamente, a redução nos índices de contaminação e casos ativos, solicitamos o empenho e dedicação de todos para, junto aos organismos competentes, reavaliem uma flexibilização nos protocolos definidos para os tripulantes, como a apresentação de certificado de vacinação, ou a não necessidade de novas testagens aleatórias para quem está portando um teste negativo vigente, entre outros.

Ainda, e não menos relevante, as entidades integrantes deste Conselho, abaixo assinantes, reiteram todas as solicitações, já devidamente registradas e protocoladas nas reuniões anteriores.

Reiteramos o pedido de continuar as tratativas na busca constante de agilização e desburocratização, principalmente nas fronteiras. De todas, hoje, sem dúvidas, o passo fronteiro mais complexo, é o do Cristo Redentor. Com a proximidade do fim do contrato de concessão do PTLA (Puerto Terrestre Los Andes) é imperativo o fim do horário de inverno, que reduz o tempo da operação, a harmonização para funcionamento às 24h tanto no cruze quanto na recepção do recinto alfandegado, assim como a tramitação antecipada, por exemplo.

Sem mais, ficaremos à disposição para todos os esclarecimentos que considerem necessários. Respeitosamente,


ABTI
Brasil


NTC & Logística
Brasil


ATACI
Argentina

ARGENTINA – BOLIVIA – BRASIL – CHILE – PARAGUAY - URUGUAY
Rua Bento Martins, 2350 – Uruguiana/RS – Brasil
Rua Orlando Monteiro, 21 - Vila Maria - São Paulo/SP – Brasil
Presidência pro tempore



**CONSEJO EMPRESARIAL DEL TRANSPORTE DE CARGAS POR CARRETERA DEL
MERCOSUR – BOLIVIA – CHILE**



CATAMP
Argentina


FADEEAC
Argentina


FETRA
Argentina


AGETRAPPAR
Paraguay


CAPATIT
Paraguay


CATIDU
Uruguay

ARGENTINA – BOLIVIA – BRASIL – CHILE – PARAGUAY - URUGUAY
Rua Bento Martins, 2350 – Uruguaiana/RS – Brasil
Rua Orlando Monteiro, 21 - Vila Maria - São Paulo/SP – Brasil
Presidência pro tempore